

Violência Política e Eleitoral no Brasil

Panorama das violações de
direitos humanos de 2016 a 2020

Realização
TERRA DE DIREITOS E JUSTIÇA GLOBAL



Violência Política e Eleitoral no Brasil

Panorama das violações de direitos
humanos de 2016 a 2020

REALIZAÇÃO
TERRA DE DIREITOS E JUSTIÇA GLOBAL

Sumário

- 4** **Apresentação**

- 8** **Definindo violência política e eleitoral**

- 14** **Pesquisando violência política e eleitoral no Brasil**

- 67** **Discutindo os resultados**

- 74** **Conclusões**

- 78** **Recomendações**

- 86** **Anexos**

Ficha Técnica

TÍTULO

Violência Política e Eleitoral no Brasil:
panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020

REALIZAÇÃO

Terra de Direitos e Justiça Global

COORDENAÇÃO

Élida Lauris, Sandra Carvalho, Gláucia Marinho e Darci Frigo

AUTORIA

Élida Lauris e Maurício Hashizume

PESQUISADOR

Maurício Hashizume

REVISÃO

Silmara Vitta

PROJETO GRÁFICO, CAPA E INFOGRÁFICOS

André Victor

APOIO

Ford Foundation e Open Society Foundations

SETEMBRO, 2020

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

Terra de Direitos e Justiça Global

LAURIS, Élida; HASHIZUME, Maurício

Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de
direitos humanos de 2016 a 2020 / Coordenação: : Élida Lauris, Sandra
Carvalho, Gláucia Marinho e Darci Frigo – Curitiba: Terra de Direitos e
Justiça Global, 2020. 129 p. : 14,2 x 22,9 cm

ISBN 978-65-992541-0-9

1. Violência Política. 2. Eleições. 3. Direitos Humanos.

CDD-320

Apresentação

Nos últimos quatro anos e meio, assassinatos e atentados tiveram papel relevante na estruturação da violência política e eleitoral no Brasil. A pesquisa que aqui apresentamos evidencia, numa amostra de casos desde 2016, que esses crimes se consolidaram no cenário de disputas políticas como práticas mais recorrentes do que se imagina. Longe de serem situações episódicas ou isoladas, o contexto de polarização política brasileira e a realidade de conflitos de interesse no âmbito federal, estadual e municipal têm feito da violência uma ocorrência relativamente regular. A violência passa a integrar a moldura de gestão dos conflitos políticos, tornando-se parte da rotina de gestão e administração das cidades brasileiras, o que se verifica no expressivo número de assassinatos e atentados contra prefeitas/os e vereadoras/es.

Ainda em agosto de 2016, o ministro Gilmar Mendes, quando ocupava a presidência do Tribunal Superior Eleitoral, fez uma visita ao Cartório Eleitoral de Duque de Caxias^[1], na Baixada Fluminense, demonstrando preocupação com episódios de violência contra candidatas/os e políticas/os, muitos deles ocorridos naquela região do país, durante a campanha eleitoral municipal que então transcorria. Os números à época contavam que, dos 20 casos registrados, 11 teriam se dado por lá. Mendes já havia enviado ofício, antes até de conhecer e averiguar de perto o que estava se passando, ao então ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, hoje colega de Mendes no Supremo Tribunal Federal, solicitando a participação da Polícia Federal nas investigações desses casos.

As advertências do ministro, que considerava a situação “extremamente grave”, não foram suficientes para que houvesse mudanças efetivas quanto a esse problema. As tensões e os casos continuaram após os pleitos locais, como mostram os dados que aqui apresentamos. Alguns anos depois, e como símbolos de tempos mais recentes, o país vivenciou pelo menos outras duas fulcrais e influentes ocorrências de violência política e eleitoral que marcaram o cenário social atual: a execução sumária da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (PSOL), em março de 2018, e o atentado (facada) ao então candidato Jair Bolsonaro, em setembro daquele mesmo ano, em plena campanha presidencial, durante um ato público em Juiz de Fora, estado de Minas Gerais.

Os casos aqui apresentados não se resumem a ataques de ordem pessoal, tratam-se de fenômenos que afetam a integridade da democracia, comprometem

[1] Mais detalhes em notícia da Agência Brasil, que acompanhou a visita da autoridade máxima eleitoral à região da Baixada Fluminense: <https://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2016-08/e-uma-situacao-extremamente-grave-diz-mendes-sobre-assassinato-de-politicos>. Acesso em 24 de setembro de 2020.

o exercício regular de direitos políticos e atacam esferas coletivas e difusas de participação. Tendo como objetivo a defesa de uma sociedade política pautada pela integridade democrática, o impacto da violência política e eleitoral no reforço de processos de misoginia, sexismo, racismo e homofobia foi motivo de preocupação e mereceu atenção na definição da metodologia e análise dos dados da pesquisa.

A violência política, que torna o assédio e a intimidação psicológica a regra de convivência para indivíduos e grupos estruturalmente excluídos do processo democrático, não só viola direitos fundamentais como avaliza o processo de concentração do poder nos grupos e elites hegemônicos. Através dessa pesquisa, pretendemos nos posicionar perante um processo de violência política que tem vitimado agentes políticos, instituições públicas, grupos sociais específicos e valores democráticos fundamentais a uma sociedade política igualitária. Nesse sentido, é preciso ressaltar que o uso antidemocrático, irresponsável e ilegal de mandatos, prerrogativas e funções públicas para corroborar práticas de agressão, ameaças e intimidações psicológicas contra grupos sociais e partidários, servidoras/es, jornalistas e outras/os prestadoras/es de serviços públicos essenciais são formas de violência que precisam ser combatidas.

Situações em que a violência é vantajosa, tornando-se útil para os titulares do poder político, precisam ser enfrentados com seriedade pelas autoridades competentes, sob pena de deslegitimação da própria sociedade política e dos valores públicos. Com essa pesquisa, procuramos alertar para a realidade mais ampla de defesa de direitos humanos e de valores democráticos no Brasil. O trabalho de defesa de direitos humanos tem sido exercido sob um regime de morte, assédios, ameaças, agressões e intimidações constantes. A grave realidade enfrentada por representantes políticas/os para encontrar justiça diante das violências que têm sofrido são uma pequena amostra das duras dificuldades encontradas por defensoras e defensores de direitos humanos, lutadoras e lutadores sociais no Brasil.

A realização dessa pesquisa não teria sido possível sem a adesão de parceiras e parceiros ao compromisso de produção de um trabalho colaborativo. Agradecemos ao Professor Leandro Gorsdorf e, em seu nome, e à turma de discentes do Pronera do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná que, sob sua supervisão, colaboraram na primeira fase de levantamento de dados. A riqueza de análise de dados não teria sido alcançada sem a generosa participação de parlamentares, dirigentes partidárias/os, professoras/es universitárias/os e pesquisadoras/es nas entrevistas que foram conduzidas no curso da pesquisa, de modo presencial ou por telefone. A estas e estes profissionais, agradecemos não só a disponibilidade de tempo mas as contri-

buições concretas com indicação de perspectivas e pontos-de-vista variados e também com a recomendação de caminhos, abordagens e fontes adicionais para o andamento do trabalho. Todo o trabalho aqui desenvolvido contou com o profissionalismo e dedicação das equipes da Terra de Direitos e da Justiça Global, a quem agradecemos. A discussão e análise de dados contou com a participação de Antonio Neto, Daniela Fichino e Gisele Barbieri. A organização e tabulação de dados só foi possível devido ao apoio de Adriana Britto, Emilleny Lázaro da Silva Souza e Gabriela Martins. Ao André Victor, agradecemos o inextinguível zelo e profissionalismo na conceitualização e execução do projeto gráfico da pesquisa.

Setembro de 2020

Definindo violência política e eleitoral

A violência é um instrumento elementar da política. Afinal, o exercício da política passa pela garantia do poder, pela centralização das relações de poder e pelo uso, legítimo e organizado, da força. A violência política mostra-se coberta de camadas de sentidos — alguns deles conflitantes ou até vagos em demasia —, mas quase sempre condicionados a cada circunstância de maneira profunda, como destaca Della Porta (2006 [1995])[2]. Um alargamento que enfatize aspectos mais sistêmicos e constituintes da própria política deve incluir uma reflexão sobre violência. Nessa esteira, Miguel (2015: 29-30) — em consonância com Balibar (2005) — constata que, para além das construções idealistas (que tendem a marcar a violência política com os “signos da excepcionalidade, do desvio”), “a violência continua presente na política, de forma aberta ou velada, como acontecimento ou ameaça” e que tentar promover seu apagamento equivale a “eliminar um componente central dos processos políticos, bloqueando o acesso a uma compreensão realista deles”.

Essa pesquisa move-se para além das esferas em que a violência é utilizada de forma organizada, legítima e controlada pela política. Através da pesquisa, o termo violência política é utilizado para desvelar as situações em que a violência é empregada para deslegitimar, causar danos, obter e manter benefícios e vantagens ou violar direitos com fins políticos. A violência constitui-se, assim, em um instrumento que desestabiliza e antagoniza a própria política enquanto experiência legítima e democrática.

A violência é um fenômeno instrumental, isto é, ela é utilizada para atingir objetivos específicos. Em sentido amplo, a violência política consiste no uso intencional de recursos e ferramentas de poder e da força com o objetivo de alcançar resultados políticos. A utilização de força, ferramentas e recursos de poder com objetivos políticos pode: (1) manifestar-se em atos físicos, simbólicos ou de desestabilização psicológica; (2) sustentar-se em alternativas de ação individual ou coletiva, isolada, difusa ou organizada; (3) envolver episódios de grande demonstração de força física ou de intimidação psicológica; (4) marcar a experiência social com a demonstração dos danos causados a adversários, sejam indivíduos, instituições, grupos ou populações determinadas.

A natureza política da violência se sobressai quando elementos de representação do Estado são visados e atacados (representantes políticos/os, instituições, servidoras/es e serviços públicos). Nesse caso, o propósito de atacar a estrutura

[2] De acordo com a autora, a *violência política*, entendida de forma genérica, “é carregada ideologicamente e os seus significados variam de acordo com grupos sociais e políticos, área geográfica e período histórico” (Della Porta, 2006 [1995]: 2).

de poder, procurando influenciar algum tipo de mudança ou transformação social, demarca o objetivo político da violência. Para grupos dominantes e elites em disputa pelo acesso ao poder, o incentivo à violência aparece como ferramenta de grande utilidade que pode ser aproveitada para obtenção de benefícios materiais ou simbólicos e contribuir significativamente para a tomada do poder ou sua manutenção. Nesse sentido, em situações de polarização e alta competição no ambiente político, o apelo a ideologias de glorificação da violência, o estímulo à discriminação e ao medo de determinados grupos, a potencialização da rivalidade violenta entre adversários são elementos instrumentalizados por grupos políticos dominantes e elites tendo em vista a garantia do poder. A violência acaba por se fortalecer como um recurso poderoso e um resultado inevitável.

O custo democrático da violência política é muito alto. A exclusão violenta de outros corpos e perspectivas do ambiente político reforça estereótipos prejudiciais e processos de estigmatização que silenciam e inviabilizam a participação e o exercício de direitos políticos por parte de grupos historicamente discriminados. A violência como força, dominação e controle robustece barreiras estruturais que excluem os grupos “menos fortes” da política. A violência é utilizada para garantir o controle de um grupo hegemônico sobre o sistema político — no caso brasileiro, homens, brancos, cristãos, de classe alta, que se identificam como heterossexuais. O controle do poder por atores masculinos que pertencem ao grupo cultural, étnico, religioso e econômico dominante implica que a violência seja peça fundamental para garantir que o poder político não seja exercido por grupos e indivíduos não hegemônicos (mulheres, pessoas de identidade LGBTQIA+, indígenas, afrodescendentes, quilombolas, povos tradicionais, trabalhadoras/es, especialmente os mais pobres, etc.).

Mesmo que a violência não seja deliberada e intencional para preservar o controle de poder pelo grupo dominante, é inegável que as dimensões de gênero e étnico-racial impactam a forma como a violência política é exercida e afeta as vítimas. Grupos estruturalmente excluídos da política são visados por tipos de violência cujo resultado é intimidar sua ação e censurar sua participação política ativa. Nesse sentido, os episódios de violência dirigidos a esses grupos, ainda que na forma de reações espontâneas, são orientados tendo em conta o gênero, o pertencimento étnico, racial, cultural, religioso e a classe econômica das vítimas. Assim, mulheres, a população LGBTQIA+, a população quilombola, indígena, tradicional e afrodescendente, entre outros, para além de enfrentar os episódios gerais e cotidianos de violência política, têm que superar resistências e riscos específicos, uma vez que os espaços públicos

ou privados de disputa política não dispõem de medidas de acesso, inclusão, proteção e diálogo para assegurar uma participação política livre e segura.

A violência eleitoral, por sua vez, é uma subcategoria da violência política. Trata-se de estratégia da qual atores políticos lançam mão com o objetivo de impactar o andamento do processo eleitoral. A violência eleitoral, termo preferencial de alguns estudos acadêmicos e de pesquisas dedicadas à área^[3], acaba por se restringir às disputas entre candidaturas, partidos políticos e coligações circunscritas aos calendários oficiais das campanhas. A violência eleitoral visa alcançar objetivos concretos dentro da dinâmica de disputa que subjaz às eleições: influenciar eleitoras/es ou candidatas/os, obter resultados concretos nas eleições em si, perturbar a disputa eleitoral com o objetivo de alterar seus resultados, antes, durante e após as eleições. Trata-se de um tipo de violência que se condiciona no tempo e no espaço. Não sendo a causa estrutural dos problemas, as eleições funcionam como elemento dinamizador das disputas, potencializando a violência. A violência eleitoral é conseqüentemente influenciada pelas relações de poder e pelos mecanismos formais e informais de gestão, fiscalização e controle eleitoral nos territórios. As disputas políticas, econômicas e territoriais locais, bem como a ação de grupos de violência organizados nos territórios influenciam igualmente as dinâmicas de violência eleitoral. O fortalecimento institucional dos órgãos competentes, o reforço de medidas de gestão e fiscalização eleitoral e o monitoramento das situações de conflitos sobre o controle de recursos nos territórios são elementos-chave para o enfrentamento da violência eleitoral.

Para os fins dessa pesquisa, denomina-se violência política:

[3] A UniRio mantém pesquisas na área da violência política e eleitoral. Borba e Nogueira (2018), do GIEL/UniRio, retomam Hoglund (2009) e seu enquadramento que pressupõe como motivação principal a interferência no pleito (até a posse, na sua etapa derradeira, portanto). Em levantamento sobre as eleições de 2016, que se intersecciona com a presente pesquisa, os autores contabilizaram (a partir de metodologia diferente) 23 candidatos que foram assassinados durante a campanha eleitoral. Foi o segundo maior número, superado apenas pelo ano eleitoral de 2008 (25). Na interpretação de Borba e Nogueira (2018), que identificaram uma concentração da violência eleitoral nas corridas à vereança, “é possível que o elevado número de homicídios de vereadores esteja atrelado à lógica da disputa local brasileira e à baixa visibilidade que o cargo desperta, principalmente no âmbito do pequeno município”, somado ao fator de que “os postulantes ao cargo de vereador costumam dispor de menos recursos políticos e econômicos, o que facilita a ação de adversários políticos”.

- » O repertório de atos físicos ou de intimidação psicológica praticado, diretamente ou por meio de terceiros, por pessoa ou grupo de pessoas, detentoras ou não de funções de representação política ou mandatos eletivos, com o objetivo de atentar contra a vida, agredir, ameaçar, ofender ou limitar ilegitimamente, por qualquer meio, o pleno desenvolvimento e a participação política de dirigentes partidárias/os e representantes eleitas/os, candidatas/os e pré-candidatas/os.
- » Atos físicos, ameaças e agressões praticados por pessoas detentoras de funções de representação política com o objetivo de desestabilizar e afetar o funcionamento legítimo e regular de instituições e serviços públicos, comprometendo valores fundamentais de funcionamento democrático da sociedade política.
- » Atos físicos, de intimidação psicológica e/ou discriminatórios, agressões, disseminação de discursos de ódio e conteúdo ofensivo contra grupos historicamente discriminados, em especial pessoas eleitas, candidatas, pré-candidatas ou designadas para exercer papel de representação pública e/ou política, com o objetivo de suspender, interromper, restringir, ou desestabilizar seu exercício livre e pleno de representação e participação política.

Dentro do marco conceitual aqui desenvolvido, tais formas de manifestação da violência política podem se concretizar, no tempo e no espaço, como formas específicas de violência eleitoral.

Pesquisando violência política e eleitoral no Brasil

Fenômenos como violência política, violência eleitoral ou até intolerância política podem ser abordados dentro de chaves de análise mais abrangentes. Por exemplo, o termo intolerância política acaba sendo preferido por algumas iniciativas e campanhas de órgãos de comunicação social com articulações entre associações civis^[4] com o objetivo de produzir monitoramentos sobre a experiência de violência política brasileira. Também são conhecidos esforços de mapeamento da vitimização, em especial de vereadoras/es, levados a cabo pela comunicação social^[5] e órgãos de

[4] A Agência Pública, em parceria com a Open Knowledge Brasil e a Brasil.io, recolheu e monitorou casos de *intolerância política* durante a campanha eleitoral de 2018 no site #*VitimasDaIntolerancia* (<https://www.vitimasdaintolerancia.org/>). Quatro dias após o primeiro turno, um balanço apresentou 70 ataques relacionados à *intolerância política* apenas entre 30 de setembro e 10 de outubro; pelo menos 50 deles, segundo o levantamento, cometidos por eleitores de Jair Bolsonaro (PSL) - com 15 casos incertos e 6 contra partidários do mesmo candidato (<https://apublica.org/2018/10/apoiadores-de-bolsonaro-realizaram-pelo-menos-50-ataques-em-todo-o-pais/>). No segundo turno, outros 65 casos foram contabilizados no bojo da mesma iniciativa (<https://apublica.org/2018/11/violencia-eleitoral-recrudesceno-segundo-turno/>). Ocorrências desta natureza foram identificadas pela pesquisa. Outra iniciativa, *Tretaqui.org* (<https://www.tretaqui.org/>), resultado da cooperação de diversas organizações da sociedade civil do campo da representatividade política das mulheres, pessoas negras, LGBTQs, participação cidadã e direitos humanos nos meios digitais, compilou também denúncias relacionadas ao discurso de ódio nas redes durante o período eleitoral. Os casos de “apologia e incitação de crimes contra a vida” chegaram a 164, seguidos de 148 de “discriminação contra a mulher” e de 96 referentes à “LGTBFobia”. Esta pesquisa também registrou quantidade significativa de situações em que se utilizaram plataformas virtuais para atos político-eleitorais brutais. Também o centro *InternetLab*, dedicado ao debate sobre direito e tecnologia, lançou dois números da publicação #*OutrasVozes*, abordando gênero, raça, classe e sexualidade: um sobre as eleições municipais de 2016 (https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/02/relatorio_outras_vozes.pdf) e outro sobre as gerais de 2018 (https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2019/10/OutrasVozes_2018.pdf). Acesso em 24 de setembro de 2020.

[5] Veículos de mídia elaboram seus próprios levantamentos sobre violência política, sempre no sentido de contabilizar representantes políticas/os vitimadas/os recentemente. Ainda com foco na campanha de 2016, o *Congresso em Foco* apresentou um quadro de 20 candidatos assassinados (<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/ao-menos-20-candidatos-foram-assassinados-no-brasil-desde-agosto/>). Muito em função do caso Marielle, o *Portal G1*, em material publicado em março de 2018 (<https://g1.globo.com/politica/noticia/violencia-contra-vereadores-e-prefeitos-resulta-em-pelo-menos-40-mortes-por-assassinato-desde-2017.ghtml>), somou 40 vereadores/as e prefeitos/as assassinadas/os (33 em 2017 e 7 em 2018). O jornal *Estado de S. Paulo* somou, por sua vez, 194 assassinatos de políticos ou ativistas sociais, num período bem maior, de 2013 a 2018 (<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pais-tem-pelo-menos-194-assassinatos-de-politicos-ou-ativistas-sociais-em-5-anos,70002231748>). Também o site *Opera Mundi* reuniu casos, incluindo ativistas e lideranças de movimentos sociais, e disponibilizou uma plataforma (similar à da #*IntoleranciaPolitica*) para acolher denúncias (<https://operamundi>).

representação de classe. No último caso, um dos levantamentos mais citados é o da União dos Vereadores do Brasil (UVB), que atualiza frequentemente em seu site^[6] o número de membros dos legislativos municipais que perderam a vida, ano a ano, desde 2017.

Ao mesmo tempo em que a pesquisa procurou oferecer uma radiografia alargada do fenômeno da violência política no Brasil, tipificando as violações de direitos humanos enfrentadas nesses processos, procurou-se evitar a indeterminação e a transitoriedade que a utilização do termo violência política pode acarretar. Nesse sentido, a metodologia da pesquisa privilegiou o mapeamento de episódios abertamente coercitivos, analisando, nas ocorrências, a interface entre agentes políticas/os, grupos políticos representativos de segmentos populacionais relevantes, instituições e serviços públicos.

No período de 1º de janeiro de 2016 a 1º de setembro de 2020, foram mapeadas notícias de veículos de comunicação, nacionais, estaduais e municipais, e denúncias públicas de episódios de violência política. O intervalo temporal (2016 a 2020) foi escolhido com o objetivo de observar o desenvolvimento do fenômeno da violência política, tendo em conta tanto os impactos de diferentes arranjos de governo quanto a influência de distintos pleitos eleitorais — em 2016, eleições municipais; em 2018, eleições estaduais e federais. A pesquisa procurou recolher ocorrências tanto de campanhas (2016) e períodos anteriores à disputa nas urnas de 2018, quanto do ano seguinte (2019), com as/os candidatas/os já eleitas/os no desempenho de suas funções. Foram selecionados para esse período casos ilustrativos de violência política e eleitoral. Os casos selecionados seguiram alguns critérios que não se pretenderam de modo algum exaustivos, bem como não necessariamente abrangeram ou coincidiram com outras definições possíveis e existentes de violência política e eleitoral no campo institucional-administrativo e/ou acadêmico.

Foram aplicados cinco critérios para a seleção de 327 casos ilustrativos de violência política:

- a. Relação com a esfera da política institucional-partidária, com restrição mais específica às disputas, às ocupações e aos exercícios de cargos de dirigentes partidárias/os, representantes eleitas/os, candidatas/os e pré-candidatas/os no âmbito dos Poderes Executivos e Legislativos nas três esferas federativas (federal, estadual e municipal). Ressalte-se que a

• • •

uol.com.br/politica-e-economia/53622/relatos-de-violencia-com-motivacao-politica-se-espalham-pelo-pais-veja-mapa-e-informe-seu-caso-aqui.

[6] Para balanço recente, acessar: <https://uvbbrasil.com.br/2015/?p=18469>. Acesso em 24/09/2020.

denominação eleitoral se deve ao fato de que não foram consideradas lideranças sociais civis, tampouco membros do Judiciário e demais instituições não submetidas a voto, ainda que envolvidas em tomadas de decisão e no exercício de influência perante a sociedade;

- b. Alguma evidência, testemunho ou relato de recurso patente a expedientes de aberta violência e coerção, sendo considerados como critérios fatos concretos como ofensas abertas, atentados intencionais, agressões físicas e também ameaças declaradas e efetuadas sobre corpos, coletivos e agremiações políticas; invasões e tentativas de criminalização também foram incluídas como categorias, diante de casos verificados mais recentemente, com destaque para as invasões de hospitais para tratamento da Covid-19 em contexto de pandemia;
- c. Algum indício mínimo de possível vinculação entre a) e b) que não seja fortuita ou aleatória, ou seja, de que a existência do caso de violência não possa estar vinculada e ser atribuída preponderantemente a outros fatores desconectados da atividade política e eleitoral exercida, tais quais acidentes automotivos, assaltos, crimes de ordem única e exclusivamente pessoais, etc., com exceção para os casos em que o fator da “autoridade” tenha sido determinante nos episódios;
- d. Algum grau de registro em termos de procedimentos formais de apuração, investigação e responsabilização por parte de órgãos públicos e privados responsáveis e envolvidos, seja por meio de boletins de ocorrência, abertura de investigação policial, de processos disciplinares intrapartidários, encaminhamento às diversas instâncias disciplinares e/ou de perseguição criminal e afins;
- e. Algum impacto social no que se refere à difusão do ocorrido por meio dos mais amplos e variados meios de comunicação, sejam eles locais, regionais, nacionais ou até de alcance global, com presença e possibilidade de acesso via rede mundial de computadores, uma vez que o levantamento de informações foi feito através da internet.

A pesquisa foi conduzida utilizando mecanismos de busca (Google, Bing e DuckDuckGO) através de várias combinações possíveis de palavras-chave relativas a cargos eletivos (vereador/a, prefeita/o, deputada/o, senador/a, etc.), estados da federação e modalidades de violência (assassinato, atentado, agressão, ameaças, etc.). O levantamento de dados aconteceu em três momentos:

1. **De setembro a dezembro de 2019:** levantamento preliminar de casos, com apoio de discentes da disciplina de Prática Jurídica em Direitos Humanos

- 2019, curso de Direito, turma Pronera, da Universidade Federal do Paraná, orientados pelo professor Leandro Franklin Gorsdorf.

2. **De janeiro a março de 2020:** validação dos casos mapeados e complementação do levantamento com buscas direcionadas aos 23 estados da federação.
3. **De julho a setembro de 2020:** atualização do levantamento, considerando o impacto da pandemia do novo coronavírus.

Em outubro de 2019, foram conduzidas entrevistas presenciais semi-estruturadas em Brasília com informantes privilegiados, com o objetivo de contextualizar os dados. Foram entrevistadas/os nomeadamente dirigentes partidários, deputadas e deputados federais, professoras e professores universitários, pesquisadoras e pesquisadores.

O levantamento de casos permitiu identificar pelo menos cinco tipos de violações de direitos humanos em contexto de violência política e eleitoral no Brasil:

 ASSASSINATOS E ATENTADOS	Conjunto de atos físicos dirigidos contra a vida, integridade física e segurança de dirigentes partidárias/os e agentes políticas/os;
 AMEAÇAS	Repertório de insultos verbais, de cunho sexual e/ou intimidações psicológicas que oferecem risco à segurança, vida, liberdade de expressão/manifestação e integridade física de agentes políticas/os ou pessoas designadas para o exercício de funções públicas relevantes;
 AGRESSÕES	Atos físicos dirigidos contra a integridade física e liberdade pessoal de agentes políticas/os ou pessoas designadas para o exercício de funções públicas relevantes;
 OFENSAS	Atos discriminatórios, sobretudo insultos e agressões verbais, com forte conteúdo racista, misógino e homofóbico, dirigidas a agentes políticas/os, coletivos ou pessoas pertencentes a grupos étnicos, raciais, culturais, econômicos, religiosos e de identidade de gênero historicamente discriminados;
 INVASÕES	Atos físicos que atacam a segurança e a integridade de equipamentos públicos e a liberdade de expressão/manifestação em eventos públicos de agentes políticas/os; e
 CRIMINALIZAÇÃO	Episódios de tentativas de prisão e detenção ilegítimas de agentes políticas/os.

A pesquisa permitiu mapear quatro áreas de embate político e conflitos de interesse que compõem o cenário de causas estruturais da violência política e eleitoral no país.

Causas partidárias e ideológicas

- » Situações em que sobressai o choque de interesses, das mais distintas formas e/ou naturezas, entre personalidades, grupos e instituições estabelecidas para fins deliberadamente políticos nas buscas e disputas por obtenção e acúmulo de poder (formal ou informal) pela via — ao menos numa de suas possíveis frentes — das instâncias eleitorais burocráticas. Trata-se de uma caracterização bastante ampliada e heterogênea, visto que engloba desde embates mais relativos à moralidade religiosa (ou não) e aos distintos projetos de desenvolvimento e modo de vida até aqueles entre correntes/subgrupos dentro de um diretório de um único partido.

Causas fundamentadas em questões de gênero e orientação sexual

- » Sobressaem-se nesses casos o domínio das relações de poder heteropatriarcais nos respectivos episódios coletados e destacados, no sentido da escolha de mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, trans, etc. como vítimas preferenciais, de múltiplas maneiras, dos atos de violência envolvendo enfrentamentos na esfera política institucional e institucionalizada.

Causas econômicas e territoriais

- » Casos marcados pela existência determinante de articulações, acordos e pressões de cunho econômico-territoriais não necessariamente explícitas na superfície formal-eleitoral; na prática, naqueles casos em que se verificam poderosos *lobbies*, sejam eles de setores rentáveis e estratégicos como o do transporte e/ou de interface mais vinculada às guerras pelo domínio de territórios por parte de organizações criminosas.

Causas fundamentadas em questões étnico-raciais e culturais-religiosas

- » Episódios em que o racismo e a discriminação étnico-cultural ressaltam-se como aspectos evidentes, estruturantes e persistentes dos casos registrados, inclusive no que diz respeito ao estímulo, à sedimentação e até à naturalização de arraigadas hierarquias historicamente construídas e alimentadas inclusive pela própria atividade política oficial.

Paralelamente à lista de 327 casos ilustrativos de violência política e eleitoral envolvendo direta ou indiretamente personalidades de representação político-institucional, recolheu-se também uma lista sintética e apenas exemplificativa de outros 23 casos de violência em que não houve participação direta de agentes político-institucionais nem no polo passivo (vítima) nem no ativo (autor). Esses casos apontam para um contexto de disseminação social da violência política em que a sociedade civil amplamente incorpora a violência como ferramenta de resolução de divergências e de trato daquelas e daqueles consideradas/os adversárias/os de um ponto de vista político, ideológico e partidário.

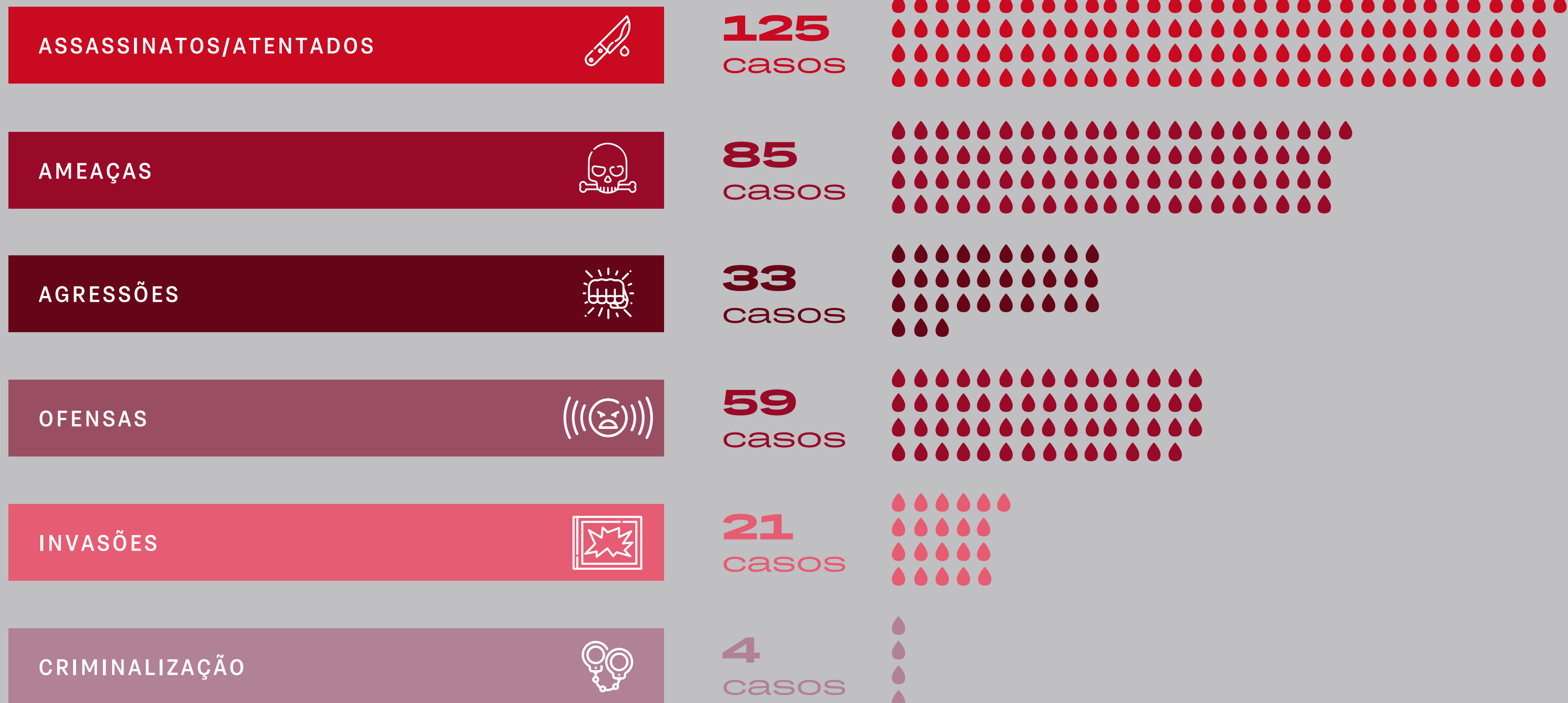
**Apresentando os
dados**



DADOS GLOBAIS

1. Panorama geral das violações mapeadas: casos mapeados

Ao todo, a pesquisa mapeou **327 casos** ilustrativos de violência política.



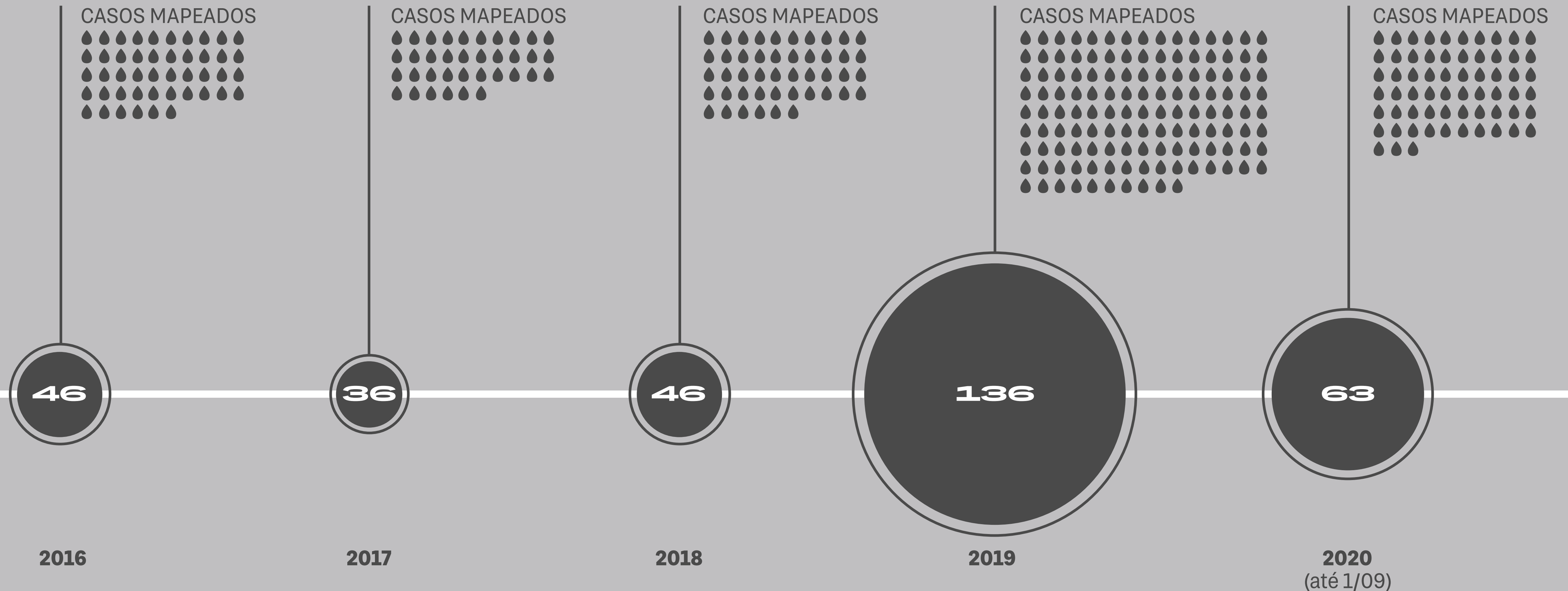
DADOS GLOBAIS

2. Linha do tempo do total de casos de Assassinatos, Atentados, Ameaças, Agressões, Ofensas, Invasões e Criminalização

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

Em 2019, foram registrados (aproximadamente) três vezes mais casos em relação a 2016. Em 2010, até 1º de setembro, e antes do período eleitoral, houve aumento de **37%** dos casos em relação a 2016.

Em 2019, pelo menos um episódio de **violência política foi registrado a cada três dias no Brasil.**



DADOS GLOBAIS

3. Partidos políticos de agentes que sofreram alguma forma de violência

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

A violência política é uma prática disseminada, que tem afetado agentes políticos de todos os níveis federativos e de diferentes filiações partidárias.

AVANTE	CIDADANIA	DC	DEM	MDB	NOVO	PATRIOTA
PCDOB	PDT	PHS	PL	PMB	PODEMOS	PP
PPS	PR	PRB	PROGRESSISTAS	PROS	PRP	PRTB
PSB	PSC	PSD	PSDB	PSL	PSOL	PT
PTB	PTC	PV	REDE	REPUBLICANOS	SOLIDARIEDADE	

ASSASSINATOS E ATENTADOS



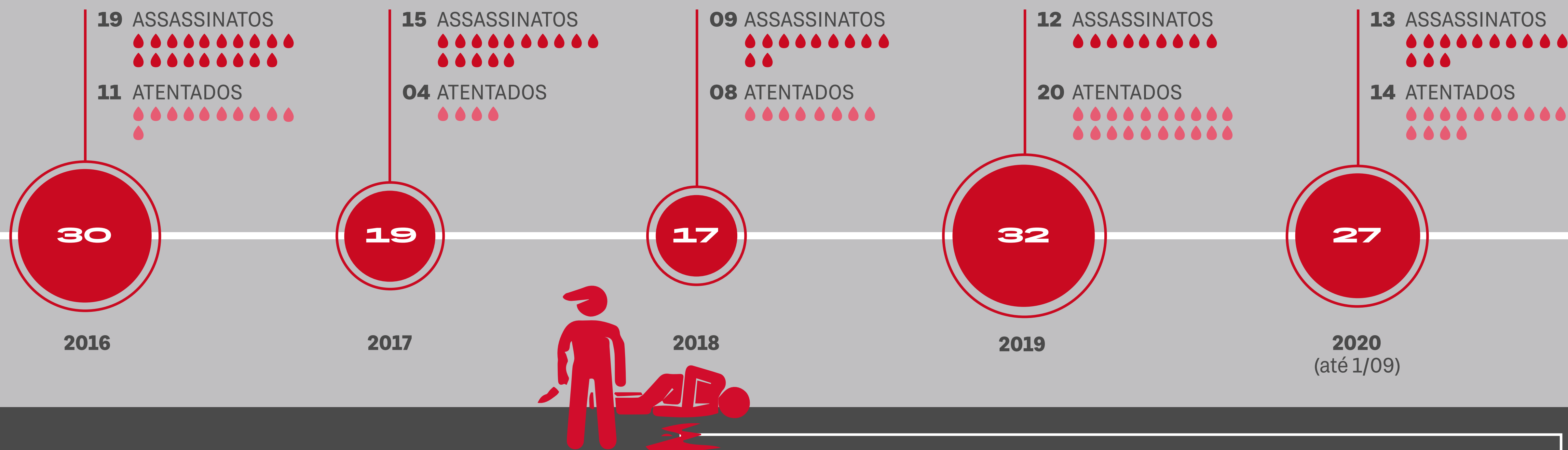
1. Linha do tempo dos atos violentos contra a vida mapeados pela pesquisa

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

A linha do tempo sugere que os atos violentos contra a vida repetem-se de forma constante ao longo dos anos, com pouca diferença entre períodos eleitorais e períodos não-eleitorais.



ATOS VIOLÊNTOS CONTRA A VIDA (assassinatos + atentados)



De 1º de janeiro de 2016 a 1º de setembro de 2020, foram mapeados **68 assassinatos e 57 atentados contra vida** de representantes de cargos eletivos, candidatos ou pré-candidatos.

125 ocorrências.

Uma média de, pelo menos, **27 casos** de ataque à vida de mandatários eleitos e pré-candidatos **por ano.**



2. Assassinatos e atentados por estado

Assassinatos e atentados contra representantes de cargos eletivos, candidatos e pré-candidatos são uma prática disseminada em todas as regiões do país. Foram mapeadas ocorrências, no período, em **pelo menos 24 estados** da federação: AC, AL, AM, BA, CE, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO.



ASSASSINATOS E ATENTADOS

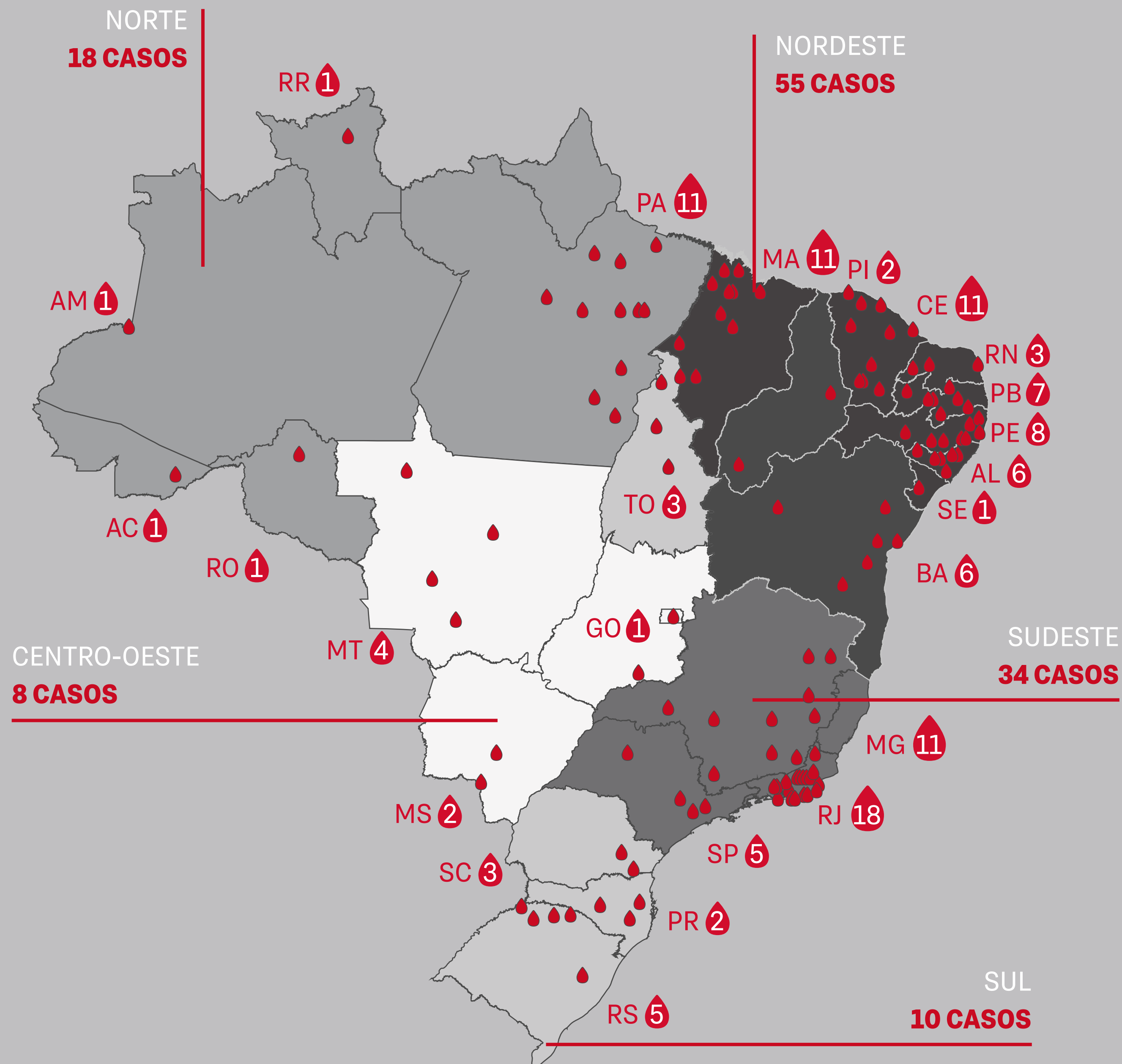


3.1 - Casos mapeados por região e cidades

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

Em alguns locais, os assassinatos e atentados ocorrem de forma sistemática no cenário de disputas políticas, econômicas e conflitos de interesse.

Nos exemplos mapeados, **83% dos atentados e assassinatos aconteceram em cidades do interior do país.**

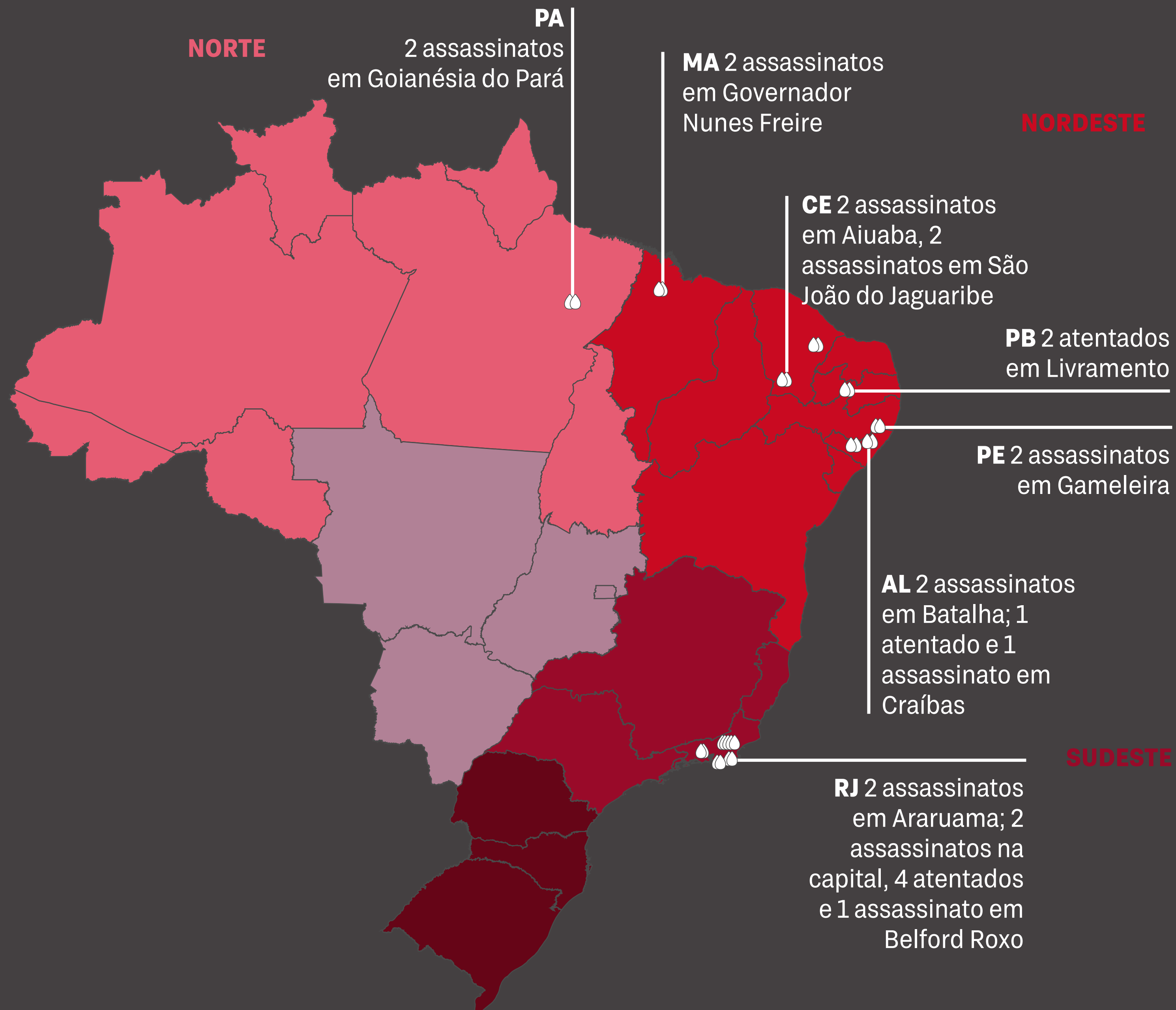


ASSASSINATOS E ATENTADOS



3. 2 - Casos mapeados por região e cidades com ocorrência de mais de uma situação de assassinato e/ou atentado

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)



ASSASSINATOS E ATENTADOS



4. Agentes apontados como suspeitos nos assassinatos e atentados

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

As informações disponíveis salientam que, na maioria dos casos **(63%)**, as investigações em curso ainda não identificaram agentes suspeitos pelos assassinatos e atentados, o que permite formular como hipótese que há **alta impunidade e baixa responsabilização nesses crimes**. Em **12%** dos casos foi possível identificar, através das notícias disponíveis, que **as disputas político-partidárias, econômicas e territoriais relacionadas aos assassinatos e atentados estão especialmente concentradas em conflitos políticos e de interesse entre representantes eleitos, candidatos ou pré-candidatos municipais**. Em **25%** dos casos, as notícias disponíveis sobre a identificação de possíveis suspeitos **não permitem aprofundar detalhes sobre o andamento das investigações e as conclusões sobre a motivação por trás dos atos**.

A indicação de suspeitos não implica necessariamente na solução do caso. Em $\frac{1}{4}$ das situações está em aberto a determinação final sobre quais disputas motivaram os crimes, bem como a responsabilização penal dos autores intelectuais e materiais.

Não identificado



63%

80 casos



Pessoas com cargo eletivo ou (pré)-candidatos (Deputado estadual, vereador, Vice-prefeito)

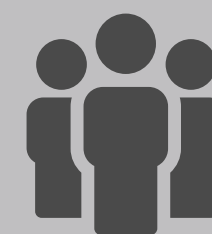


12%

14 casos



Terceiros



25%

31 casos



Nos casos em que foi possível a identificação de suspeitos, todos apontados como responsáveis pelos assassinatos e atentados são do **sexo masculino**

ASSASSINATOS E ATENTADOS



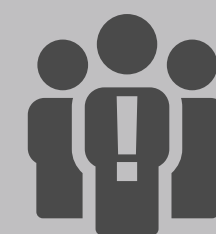
5. Cargos eletivos

O cargo eletivo ocupado ou ao qual concorriam representantes políticos, candidatos e pré-candidatos assassinados ou que sofreram atentados indica que a intensidade da violência na disputa política é incomparavelmente maior no nível municipal.

Do universo de **125 casos mapeados, 114 vítimas (91%)** referem-se a vereadores, prefeitos ou vice-prefeitos eleitos, candidatos e pré-candidatos. Os restantes **11 casos (9%)** correspondem a situações ocorridas com **deputado estadual, federal, governador, senador, eleitos ou candidatos, e dirigente partidário.**

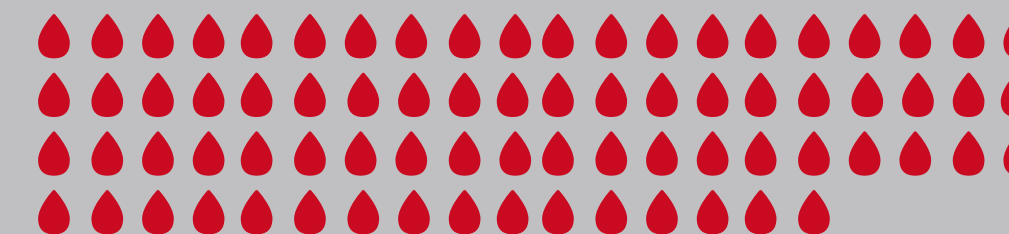
Em 76 casos **(61%)**, a vítima do assassinato ou atentado **ocupava o cargo ou estava pré-candidato a vereador.**

Vereador - eleito e (pré-) candidato

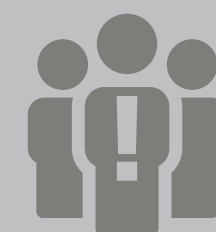


61%

76 casos

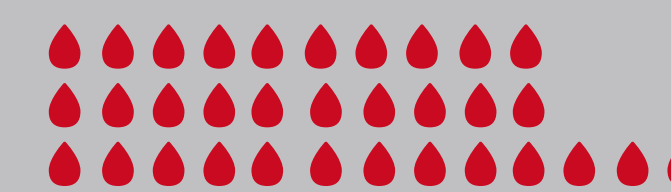


Prefeito - eleito e (pré-) candidato



26%

33 casos



Deputado estadual e Federal (Eleito e candidato) e Senador



7%

9 casos



Vice-prefeito (eleito e candidato)



4%

5 casos



Candidato a Governador/Dirigente Partidário



2%

2 casos





Nos últimos quatro anos e oito meses, a cada mês, **pelo menos dois vereadores, prefeitos ou vice-prefeitos eleitos, pré-candidatos ou candidatos foram assassinados ou sofreram atentados no Brasil.**



Os dados da pesquisa apontam que o agente **político matável** (isto é, com maior probabilidade de ser assassinado ou sofrer atentado), no Brasil, é o **vereador (sexo masculino)**, seguido de prefeito (26% dos casos).



ASSASSINATOS E ATENTADOS



6. Gênero de mandatários eleitos, pré-candidatos ou candidatos assassinados ou que sofreram atentados

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

A esmagadora maioria de representantes eleitos, candidatos ou pré-candidatos assassinados ou que **sofreram atentados é do sexo masculino, 116 ocorrências (93%).**

9 mulheres (7%) foram assassinadas ou sofreram atentados no período

Homens
assassinados
ou que sofreram
atentado

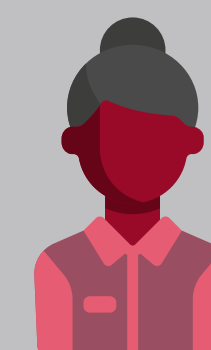


93%

116
ocorrencias



Mulheres
assassinadas
ou que sofreram
atentado



7%

9
ocorrencias



ASSASSINATOS E ATENTADOS



7. Exemplos de uso de violência extrema

Dentre os casos mapeados, destaca-se a forma rotineira com que a extrema violência é utilizada na execução de assassinatos e atentados. A violência é excessiva em diferentes contextos, quer em crimes motivados por disputas políticas, partidárias e econômicas; quer em situações em que o crime é motivado por ódio e discriminação a determinados grupos.



AMEAÇAS



1. Casos mapeados

Foram mapeados **85 casos** exemplificativos de ameaças entre 1º de janeiro de 2016 e 1º de setembro de 2020.

AMEAÇAS



85

2016

2020
(até 1/09)

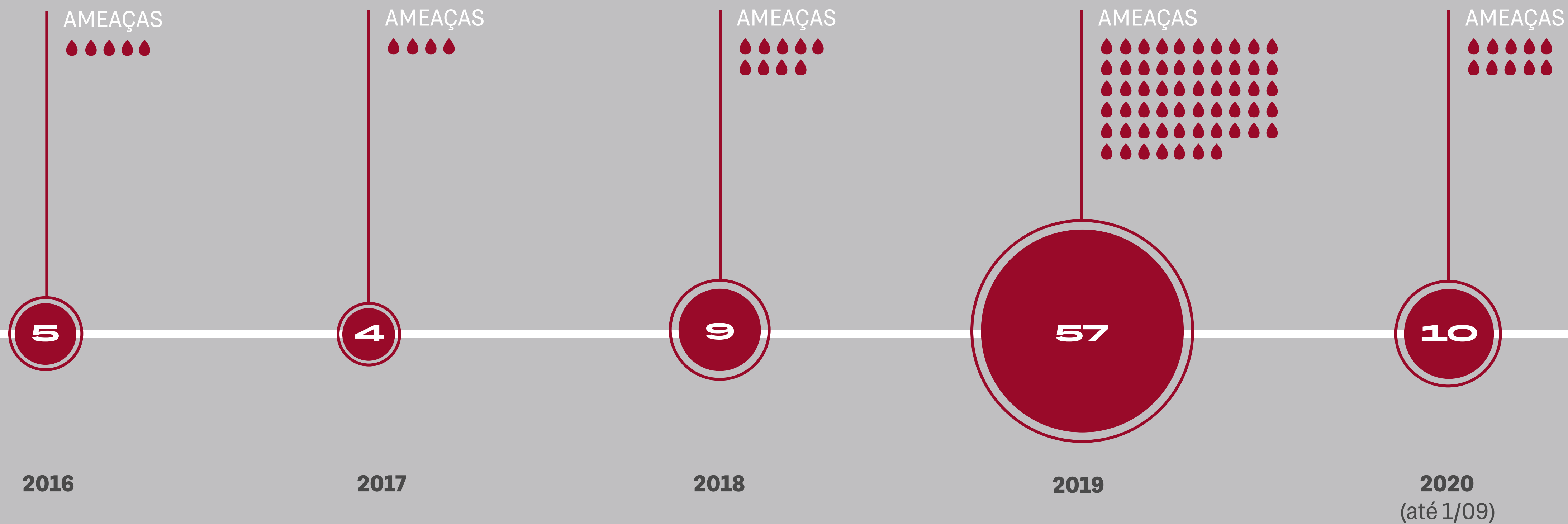
AMEAÇAS



2. Linha do tempo dos casos de ameaça mapeados pela pesquisa

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

A linha do tempo dos casos mapeados pela pesquisa sugere que as situações de ameaça se tornaram material constante de notícias no ano de 2019.



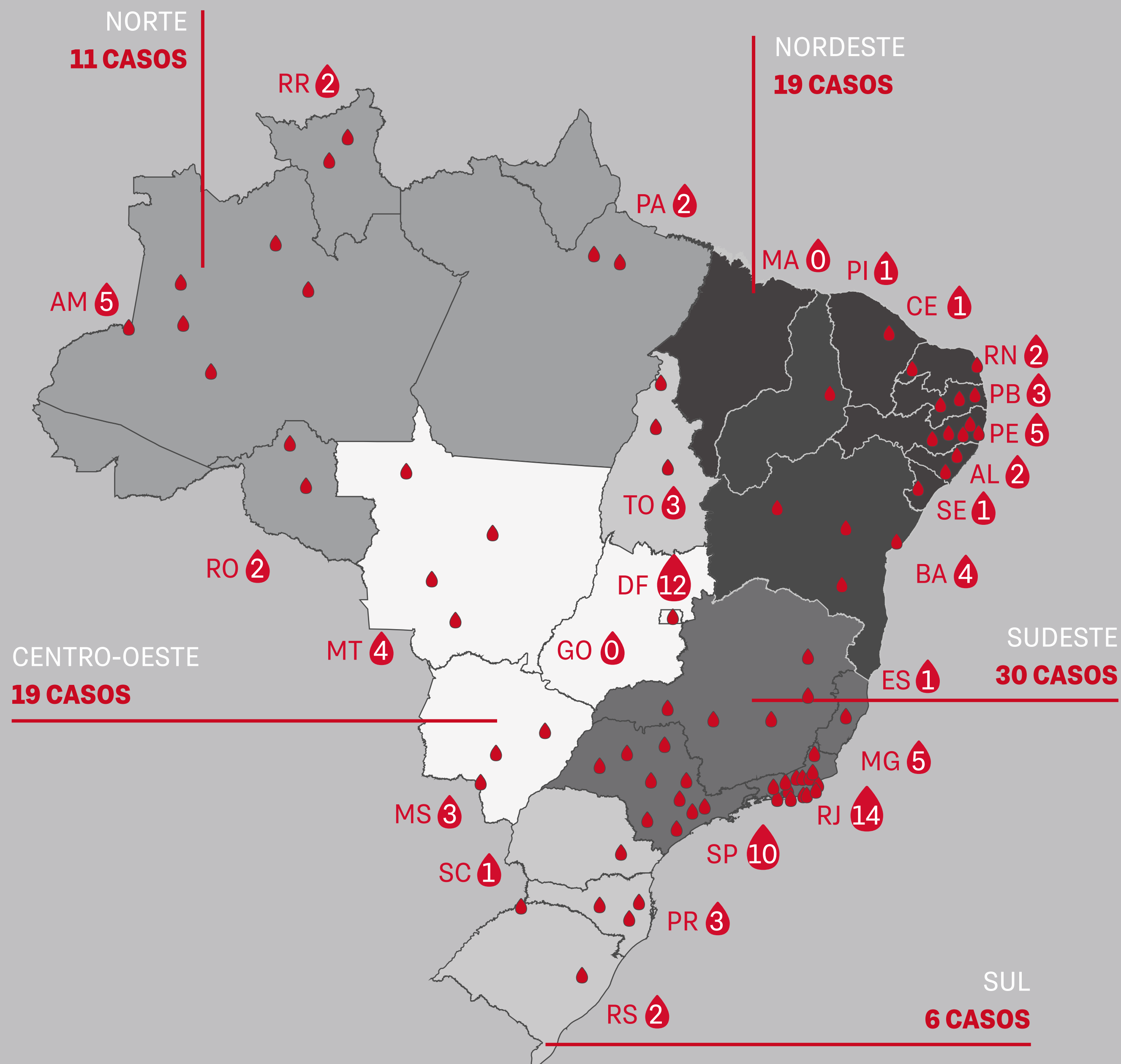
AMEAÇAS



3. Casos de ameaça mapeados por região e estado

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

A pesquisa mapeou casos exemplificativos em todas as regiões do país. A maior concentração de casos na **Região Sudeste (36%)** pode ser influenciada pelo fato de que agentes políticos nos estados dessa região, em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo, têm **mais oportunidade de utilizar os meios de comunicação para visibilizar as situações de ameaças** a que estão submetidos. A mesma explicação se aplica ao **Distrito Federal**, onde foram mapeados **12 casos**. Tal realidade também funciona como hipótese para o fato de que **60%** das situações de ameaças mapeadas decorreram nas capitais ou regiões metropolitanas.





4. Tipos de ameaças

A análise dos casos mapeados permite identificar **quatro tipos principais de ameaças** dirigidas contra agentes políticos: **(1) ameaças de terceiros contra agentes políticos;** **(2) ameaças difusas com o uso de internet, aplicativos e redes sociais;** **(3) ameaças de agentes políticos contra outros agentes políticos e** **(4) ameaças de agentes políticos contra terceiros.**

Destacam-se como arenas de embate as ameaças nos municípios, em especial de **vereadores ou prefeitos contra seus pares (11 casos mapeados)**, bem como **ameaças de terceiros contra agentes políticos municipais (20 casos)**. Também chama a atenção a incidência maior de casos de ameaças contra **deputados federais ou senadores na forma de ameaças difusas com o uso de ferramentas on-line (10 casos)** e **ameaças de terceiros (9 casos)**.





5. Tipos exemplificativos de situações de ameaça que envolvem agentes

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

Vereadoras e vereadores parecem mais expostos a situação de ameaças advindas de terceiros e de outros agentes políticos, o que sugere que a ameaça representa um recurso no acirramento dos conflitos de interesse político-partidário, econômico e territorial no âmbito do município. Deputadas e deputados federais, para além das ameaças resultantes da gestão de conflitos políticos com terceiros e com outros agentes políticos, têm sido muito visadas/os em situações de ameaças difusas com o uso de redes sociais, aplicativos e outras ferramentas.

Tal realidade permite formular a hipótese de que os **agentes políticos no âmbito federal**, devido à sua maior visibilidade, **têm exposição maior a discursos de ódio e extermínio**, o que, por sua vez, ajuda a explicar o fato de que as **vítimas preferenciais nos casos de ameaça difusa mapeados são deputadas federais mulheres.**



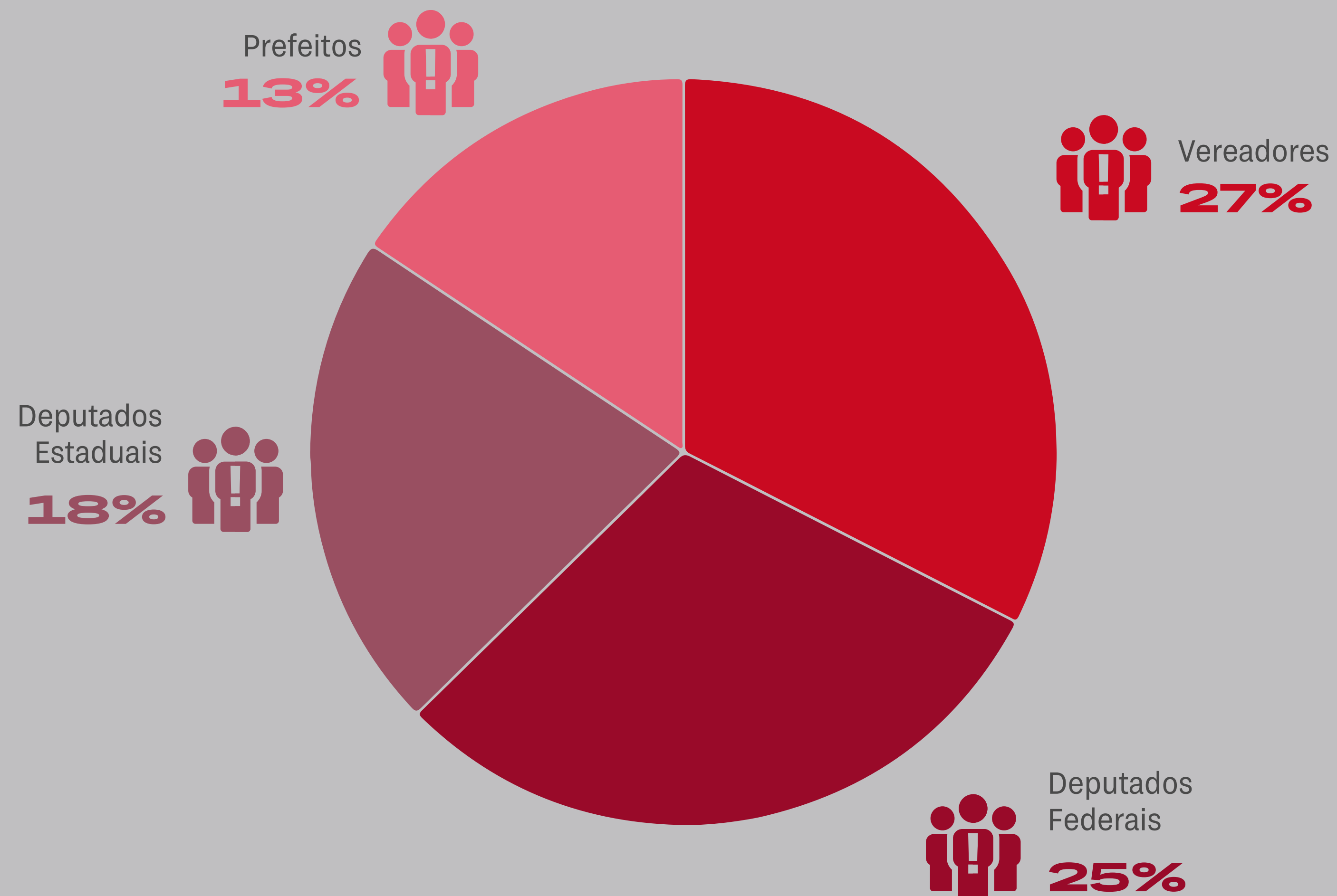
	VÍTIMAS	Vereador ou Prefeito	Deputado Estadual, Distrital ou Governador	Deputado Federal ou Senador	Terceiros
Ameaças de terceiros (grupos ou indivíduos determinados)		 20 Casos 12 Vereadores 8 Prefeitos	 9 Casos 8 Deputados Estaduais 1 Deputado Distrital	 9 Casos 7 Deputados Federais 2 Senadores	
Ameaças difusas com uso de redes sociais, internet e aplicativos (grupos e indivíduos não determinados)		 2 Casos	 5 Casos	 10 Casos 8 Deputados Federais 5 são mulheres 2 Senadores	
AMEAÇAS DE AGENTES POLÍTICOS	Vereador ou Prefeito		 11 Casos 10 Vereadores 1 Prefeito	 1 Caso	 7 Casos
	Deputado Estadual, Distrital ou Governador		 2 Casos	 2 Casos	 3 Casos
	Ministro, Deputado Federal ou Senador			 3 Casos	 1 Caso

AMEAÇAS



6. Recorrecia dos casos

O total de casos mapeados indica que as vítimas mais recorrentes em casos de ameaças são **vereadores (27%** dos casos), seguidos de **deputados federais (25%** dos casos), **deputados estaduais (18%** dos casos) e **prefeitos (13%** dos casos).





7. Atuação de grupos organizados

Foram considerados terceiros aquelas pessoas, na condição de agentes ou vítimas, não ocupantes de cargos políticos, candidatas ou pré-candidatas. Nos casos mapeados em que terceiros são autores das ameaças, **destaca-se a atuação de grupos organizados que utilizam as ameaças como ferramenta para mobilizar interesses econômicos, territoriais e político-partidários.**

Em pelo menos **seis casos**, as ameaças a agentes políticos partiram de **organizações criminosas, grupos de interesse econômico/territorial e grupos de interesse político-partidário**. Nos casos em que terceiros são vítimas das ameaças, destacam-se as ações contra jornalistas (quatro casos) e contra servidoras e servidores públicos (três casos).

Casos exemplificativos do envolvimento de terceiros como autores das ameaças contra agentes políticos



Organizações criminosas, grupos de interesse econômico/territorial e grupos de interesse político-partidário

6 casos

Casos exemplificativos de terceiros como vítimas das agressões por parte de agentes políticos



Ameaças contra jornalistas

4 casos

Ameaças contra servidoras/es públicas/os

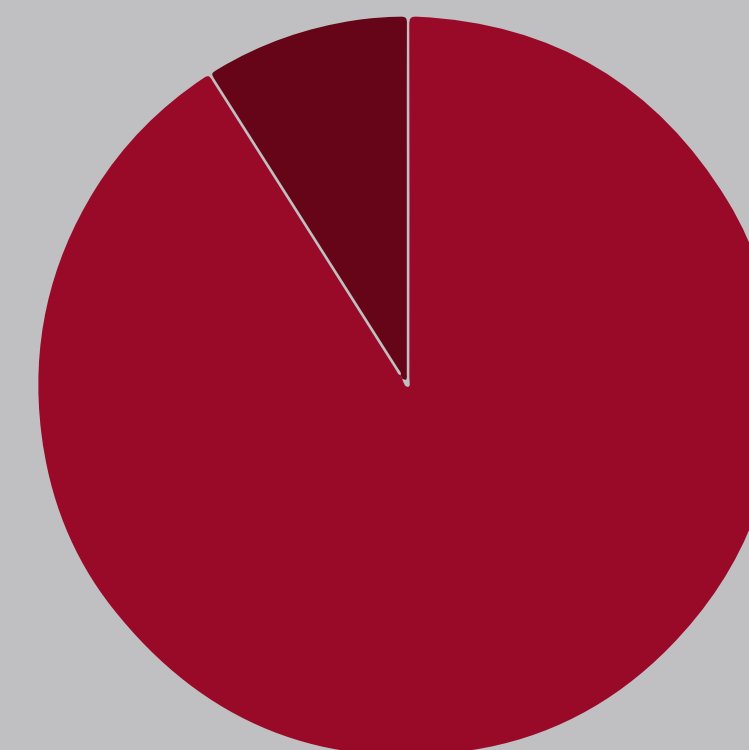
3 casos



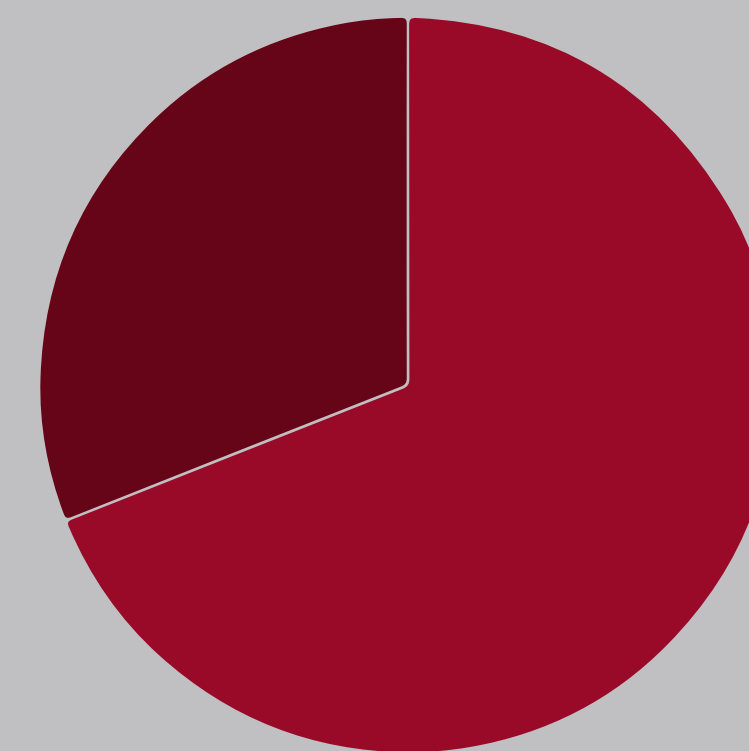
8. Gênero dos autores e vítimas das ameaças

O grande contingente de casos em que **não foi possível, pela informação disponível, identificar o autor das ameaças (45% dos casos)** corrobora a realidade de dificuldades para apuração e responsabilização dos autores desse tipo de violência. Nos casos em que foi possível identificar o autor, **91% das ameaças foram realizadas por homens e 9% por mulheres**. Por sua vez, nos casos em que foi possível identificar o sexo da vítima, **69% são do sexo masculino e 31% são do sexo feminino**.

Gênero do autor das ameaças

 Homens
91% Mulheres
9%

Gênero da vítima das ameaças

 Homens
69% Mulheres
31%

AGRESSÕES



1. Casos mapeados

Foram mapeados **33 casos** exemplificativos de agressões entre 1º de janeiro de 2016 e 1º de setembro de 2020.

AGRESSÕES



33

2016

2020
(até 1/09)

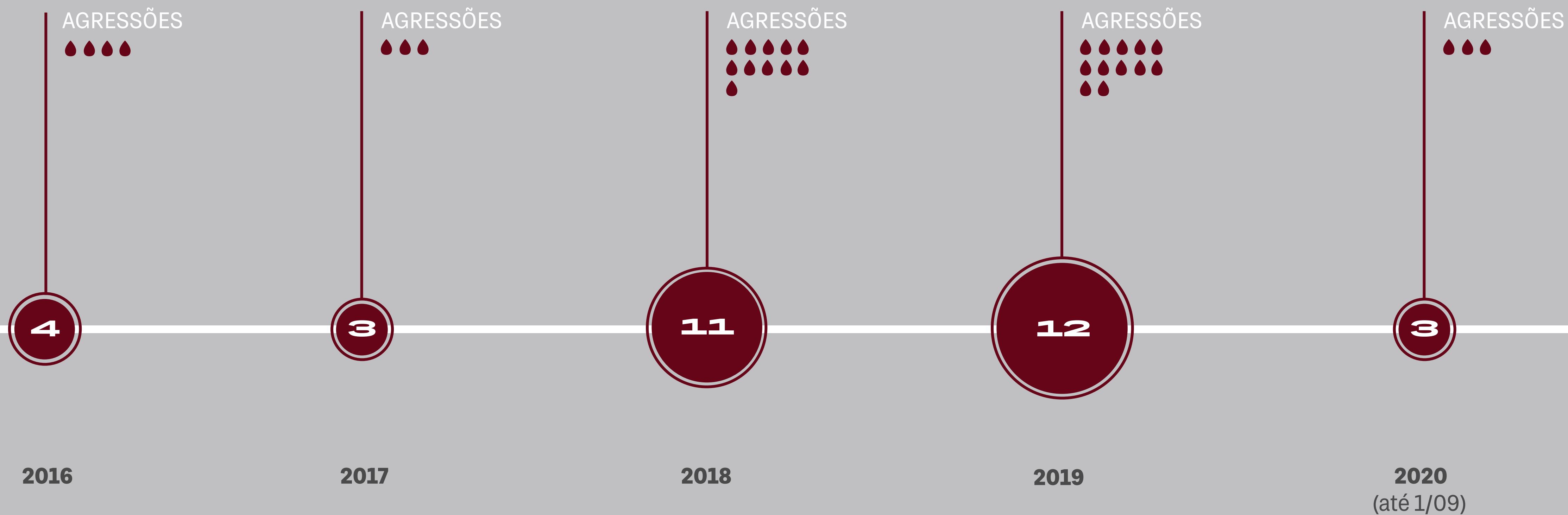
AGRESSÕES



2. Linha do tempo dos casos de agressões mapeados pela pesquisa

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

A linha do tempo sugere um aumento dos casos de agressão em 2018 (período eleitoral), mantido em 2019. A realidade do ano de 2020 não pode ser ainda totalmente analisada devido ao adiamento do período eleitoral e à pandemia do novo coronavírus.





3. Agressões por estado

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

Através do mapeamento de casos exemplificativos, foram encontradas ocorrências de agressões em **17 estados** da federação e no Distrito Federal: AC, AM, CE, DF, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, SC e SP.

Os episódios de agressão identificados distribuem-se de forma equilibrada nas **capitais e regiões metropolitanas (48% dos casos)** e nas **idades do interior (52% dos casos)**.








4. Tipos exemplificativos de situações de agressão que envolvem agentes

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

Os exemplos mapeados apontam para a **agressão como prática disseminada entre agentes políticos**, que se multiplicam tanto na condição de autor quanto na de vítima de agressões. Tratam-se de políticos que ocupam ou são candidatos a cargos de representação nos distintos níveis da federação (municipal, estadual ou federal). A pesquisa permitiu mapear tipos principais de situação de agressão sofridas ou infligidas por agentes políticos, dentre os quais se destacam os episódios em que **(1) terceiros agriem agentes políticos; (2) agentes políticos agriem terceiros e (3) agentes políticos agriem outros agentes políticos.** No último caso, destacam-se os embates nos municípios, entre vereadores, prefeitos e secretários municipais.



AUTORES			VÍTIMAS			
 Vereador, Prefeito, Secretário de município	 Dep. Estadual, Distrital, Secretário de estado	 Deputado Federal ou Senador	 Vereador, Prefeito, Secretário de município	 Dep. Estadual, Distrital, Secretário de estado	 Deputado Federal ou Senador	 TOTAL DE CASOS
SITUAÇÕES EM QUE AGENTES POLÍTICOS SÃO VÍTIMAS DAS AGRESSÕES						
Agentes de força de segurança agridem agentes políticos			 1 Caso	 1 Caso		 2 Casos
Terceiros agridem agentes políticos			 3 Casos	 4 Casos	 2 Casos	 9 Casos
SITUAÇÕES EM QUE AGENTES POLÍTICOS SÃO AGRESSORES						
 2 Casos	 2 Casos	 4 Casos	Agentes políticos agridem terceiros			 8 Casos
SITUAÇÕES EM QUE AGENTES POLÍTICOS SÃO VÍTIMAS E AGRESSORES						
Agentes políticos agridem outros agentes políticos em situações individualizadas						
 7 Casos		 3 Casos	 8 Casos	 2 Casos		 10 Casos
Agentes políticos se agredem mutuamente e/ou agredem e são agredidos por terceiros em situações de tumulto						
	 3 Casos	 1 Caso		 3 Casos	 1 Caso	 4 Casos



5. Terceiros como autores ou vítimas das agressões

Nos casos das agressões que envolveram terceiros-autores, chama atenção a **ação organizada de grupos em episódios de violência contra agentes políticos** (grupos político-partidários de diferentes posicionamentos político-ideológico-partidários e grupos skin-heads, por exemplo). Nos casos das agressões em que terceiros são vítimas da ação de agentes políticos, chama atenção a **existência de casos envolvendo jornalistas e outras profissões de interesse público.**

Casos exemplificativos do envolvimento de terceiros como **autores das agressões** contra agentes políticos



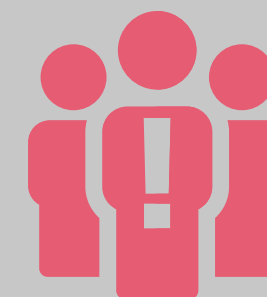
Grupos políticos, ideológicos e/ou partidários

2 casos 

Grupos skin-head

2 casos 

Casos exemplificativos de terceiros como **vítimas das agressões** por parte de agentes políticos



Agressões contra jornalistas

4 casos 

Agressões contra professor

1 caso 

Agressões contra oficial de justiça

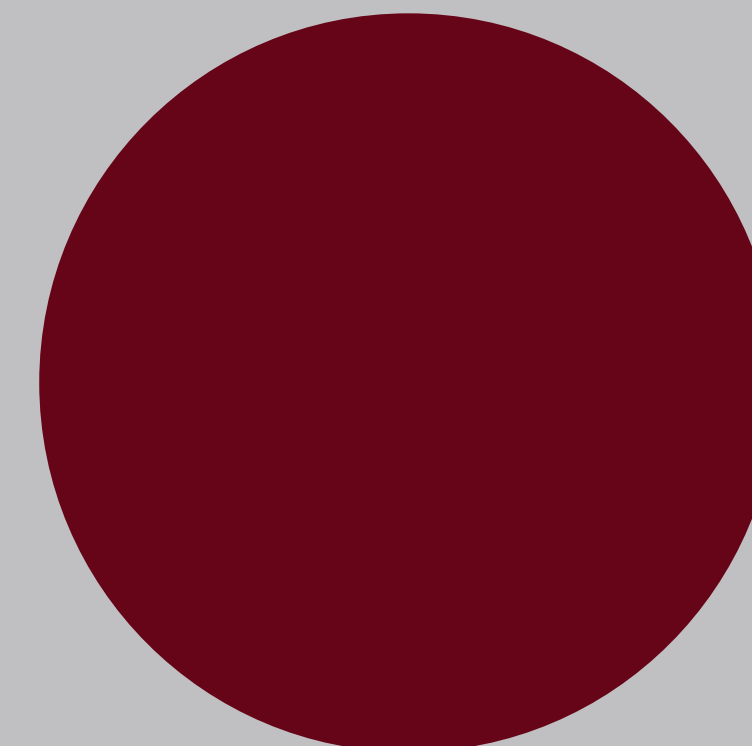
1 caso 



6. Gênero dos autores e vítimas das agressões

Em todos os casos mapeados pela pesquisa em que foi possível identificar o sexo do **autor das agressões**, os agentes responsáveis eram do **sexo masculino (100%)**. Nos casos das **vítimas das agressões**, **82%** eram do **sexo masculino** e **18%** do **sexo feminino**.

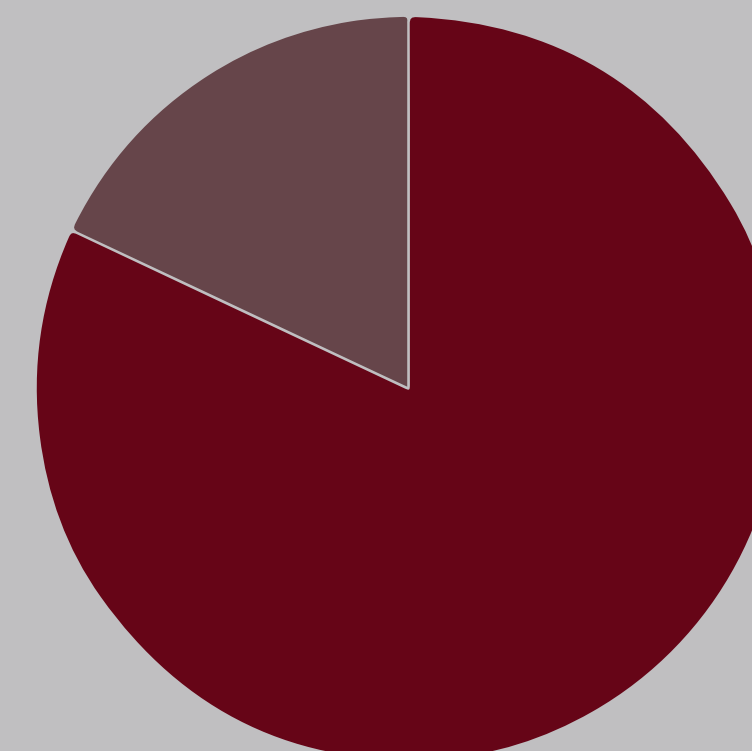
Gênero do autor das agressões



Homens

100%

Gênero da vítima das agressões



Homens

82%

Mulheres

18%

OFENSAS

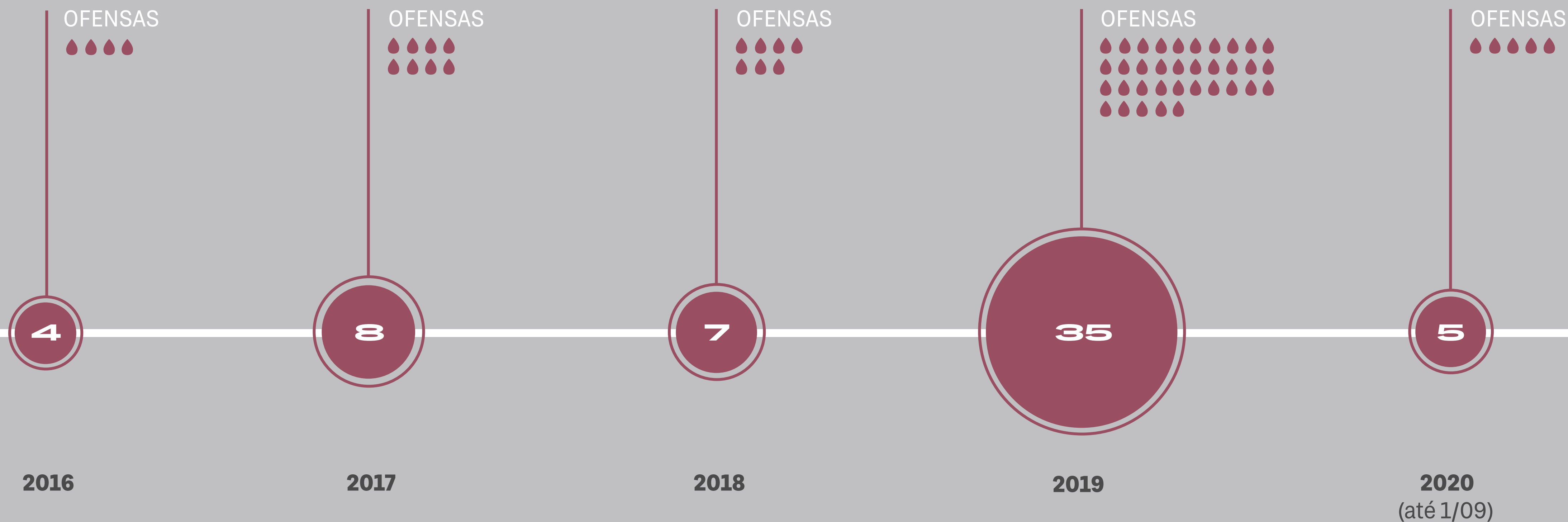


1. Linha do tempo dos casos de ofensas mapeados pela pesquisa

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

Foram mapeados **59 casos** exemplificativos de ofensas entre 1º de janeiro de 2016 e 1º de setembro de 2020. A linha do tempo sugere uma explosão dos casos de ofensa em 2019.

As ofensas dizem respeito a atos discriminatórios, sobretudo insultos e agressões verbais, com forte **conteúdo racista, misógeno e homofóbico**, dirigidos a indivíduos e grupos historicamente discriminados.



OFENSAS

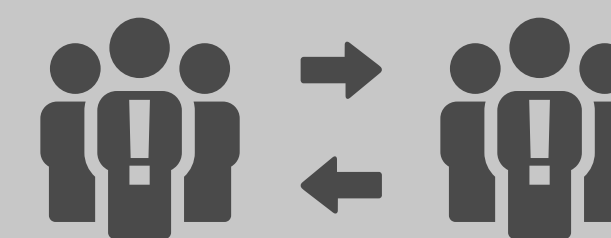


2. Tipos exemplificativos de ofensas que envolvem agentes políticos

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

A pesquisa permitiu mapear três tipos principais de ofensa

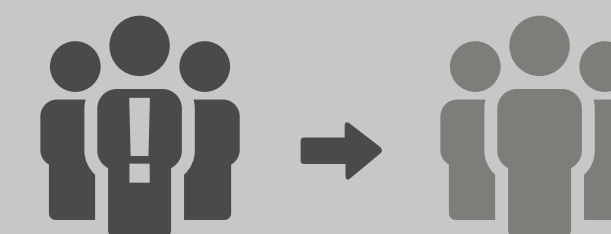
Ofensas de agentes políticos contra outros agentes políticos



24
casos



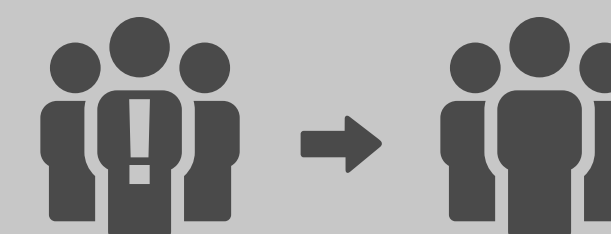
Ofensas de agentes políticos contra **grupos sociais historicamente discriminados** ou indivíduos pertencentes a esses grupos



19
casos



Ofensas de terceiros contra agentes políticos



16
casos



OFENSAS



3. Autores e Vítimas das ofensas mapeadas

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

Nos casos em que foi possível identificar a autoria das ofensas, em **93%** das situações as ofensas são praticadas por **homens**; em **7%**, por **mulheres**. Nos casos em que se identificou o sexo das vítimas, em **76%** das situações as **mulheres foram vítimas de ofensas**, em **24%** dos casos as vítimas eram **homens**. Agentes políticos municipais (**vereadores ou prefeitos**) do **sexo masculino** são os principais agentes das ofensas mapeadas (**23 casos**). Por sua vez, **mulheres vereadoras ou prefeitas (13 casos)**, junto com **deputadas estaduais (12 casos)** aparecem como as principais vítimas de ofensas nos casos levantados pela pesquisa. A pesquisa concentrou-se em casos ilustrativos de ofensa, pelo que não foram computadas todas as situações que envolveram agentes políticos que sofrem casos repetitivos de ofensas ao longo dos anos. Nesses casos, foram selecionadas situações exemplificativas da situação de violência sofrida de modo sistemático.

		AUTORES	
		Homens	Mulheres
Prefeito ou Vereador			
Deputado Estadual			
Deputado Federal			
Terceiros			
		VÍTIMAS	
Vereador/a ou Prefeito/a			
Deputado/a Estadual			
Deputado/a Federal, Senador/a, Candidato a PR			
Terceiros			

OFENSAS



3. Autores e Vítimas das ofensas mapeadas

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

Nos casos em que grupos historicamente discriminados foram ofendidos por agentes políticos, as ofensas dirigiram-se a distintos grupos: população negra, mulheres, religiões de matriz africana, população LGBTQIA+, entre outras.

Os atos ofensivos e discriminatórios mapeados têm como fundamento principal questões envolvendo **misoginia, racismo, intolerância/racismo religioso e LGBTQIA+ fobia**. Merece atenção as ofensas baseadas em misoginia e racismo, que têm como **alvo principal políticas mulheres negras**.



INVASÕES



1. Casos mapeados

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

Foram mapeados **21 casos** exemplificativos de invasões entre 1º de janeiro de 2016 e 1º de setembro de 2020.

Tendo ocorrido episodicamente nos anos anteriores, as invasões ganharam força em **2020** no contexto da pandemia do novo coronavírus, em que se **registrou 17 casos de invasão.**





Os tipos principais de invasões mapeadas foram: **invasões de equipamentos públicos** (nomeadamente **escolas e hospitais**), em que as **principais vítimas são servidores públicos** e de cujos serviços a população depende, e invasões de **eventos virtuais** de pré-candidatas/os às eleições de 2020.



CRIMINALIZAÇÃO



1. Casos mapeados

A pesquisa mapeou pelo menos **quatro casos** de prisão ou tentativa de detenção de agentes políticos (eleitos ou candidatos) em que há **registro de denúncias de racismo no processo de detenção, repressão à liberdade de expressão e perseguição da relação de agentes políticos com movimentos sociais.**

CRIMINALIZAÇÕES



4

2016

2020
(até 1/09)



1. Proporção de homens e mulheres agentes e vítimas de violência nos casos mapeados

(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)

Das situações de violência mapeadas pela pesquisa, a vitimização de mulheres apresenta características bem específicas. Vítimas preferenciais das ofensas, as **mulheres políticas enfrentam formas específicas de agressões, como as violências físicas infligidas por seus pares ou por terceiros ou ameaças massivas virtuais.** Nos casos em que foi possível identificar o sexo do autor da violência, os **homens aparecem como autores em 100%** dos casos de assassinatos, atentados e agressões e em **mais de 90%** dos casos de ameaças e ofensas.

As **mulheres**, por sua vez, são vítimas em aproximadamente **7% dos casos de assassinatos** e atentados e **18%** dos **casos de agressão.** Nos casos de **ameaça, 31%** das vítimas são mulheres, enquanto que, nas **ofensas**, esse número sobe para **76%.**

VIOLÊNCIA DE GÊNERO



1. Proporção de homens e mulheres agentes e vítimas de violência nos casos mapeados

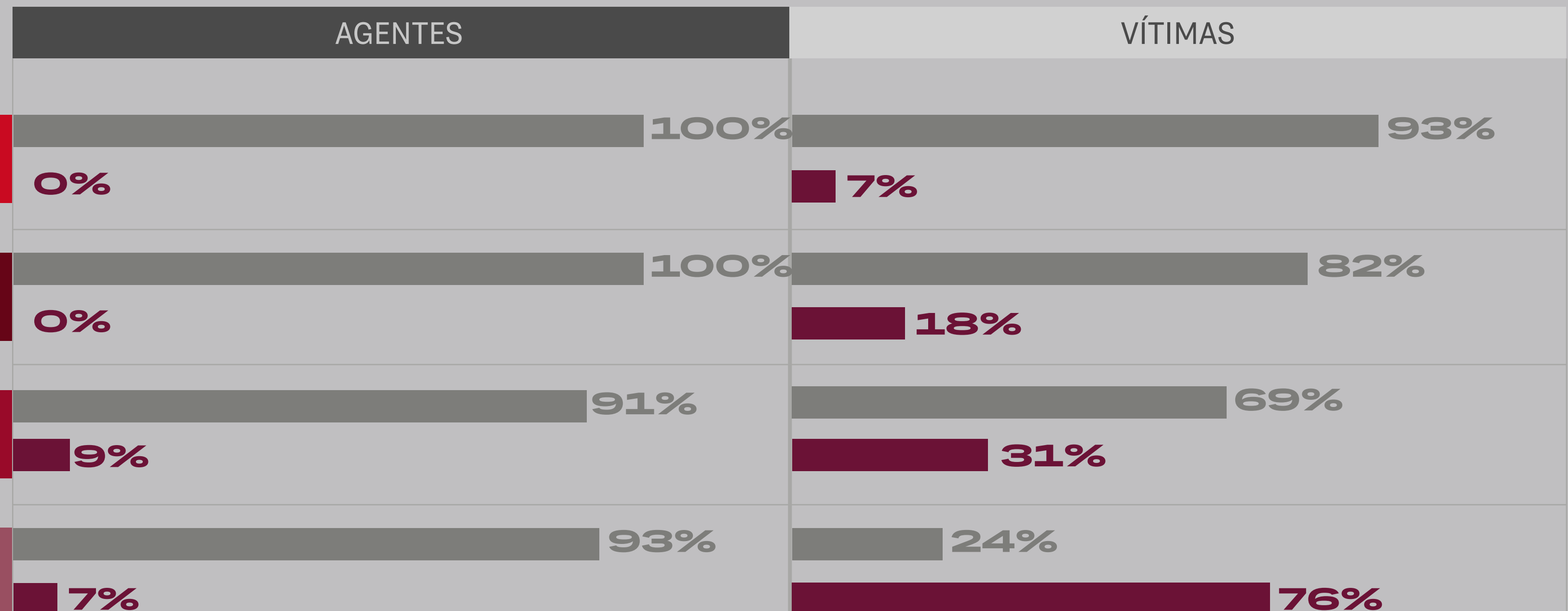
(1º de janeiro de 2016 — 1º de setembro de 2020)



Homens



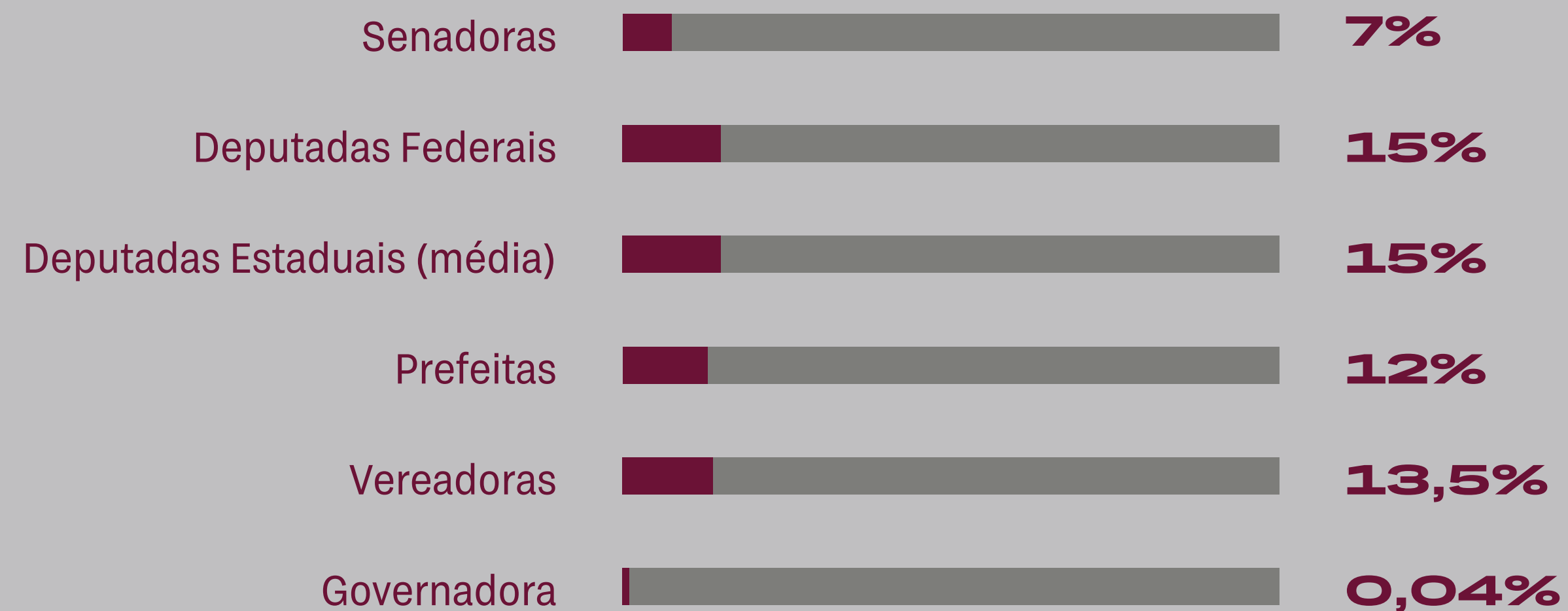
Mulheres





2. Proporção da representação de mulheres em cargos eletivos

Enquanto nas casas legislativas municipais, estaduais e federal a proporção média de mulheres representantes é de aproximadamente **13%**, no levantamento da pesquisa, as mulheres sofreram **31%** dos casos de ameaça (aproximadamente **2,4 vezes** mais). Nos casos de ofensas, considerando o universo mapeado pela pesquisa, as mulheres sofreram ofensas, pelo menos, **5,8 vezes** o percentual da sua representação na política legislativa. Isso sem considerar os dados de representação das mulheres em cargos eletivos no executivo, que são muito menores.











Menos expostas a assassinatos e atentados, **as mulheres na política são submetidas a um cenário cotidiano de ameaças, (micro e macro) agressões, humilhações e ofensas.** Enquanto o corpo físico do homem é um alvo central de ataque, na lógica do oponente político que precisa ser eliminado, a baixa representação de mulheres na política e a estigmatização do seu papel levam a uma dinâmica de **não reconhecimento das mulheres como iguais, o que faz com que sua dignidade seja o principal alvo de ataque.**

DADOS GLOBAIS

4. Relação entre a taxa de representação de cargos eletivos e os cargos ocupados pelas vítimas mais visadas nos episódios de violência política

A pesquisa aponta para **alta exposição à violência de vereadores eleitos, candidatos ou pré-candidatos, especialmente nos casos de assassinatos e atentados.** A maior exposição de vereadoras e vereadores à violência também deve considerar o fato de que **esses agentes políticos representam proporcionalmente o maior grupo de ocupantes de cargos eletivos (mais de 80%).**

Quando se analisa os cargos mais comumente expostos às situações de violência política com o número de representantes desses cargos, vê-se que **prefeitos, deputados estaduais/distritais, deputados federais e senadores apresentam alta exposição a situações de violência, considerando a proporção de sua representação em relação aos demais cargos políticos.**

		Proporção de representação dos cargos eletivos no Brasil*		Proporção das vítimas de violência política por cargo nos casos mapeados pela pesquisa			EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA POLÍTICA
		Nº ABSOLUTOS	PROPORÇÃO		Nº ABSOLUTOS	PROPORÇÃO	
Presidente		1	0%	Candidato PR	1	0%	
Governadoras/es		27	0%	eleita/o e candidata/o	3	1%	
Prefeitas/os		5570	9%	eleita/o, candidata/o e pré-candidata/o	55	21%	2x mais
Deputadas/os federais e Senadoras/es		594	1%		32	12%	13x mais
Deputadas/os estaduais e distritais		1059	1%	eleita/o e candidata/o	45	17%	10x mais
Vereadoras/es		57420	89%	eleita/o, candidata/o e pré-candidata/o	131	49%	

*Fonte: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/243263/encarte_interlegis_201211.pdf?sequence=4&isAllowed=y

DADOS GLOBAIS

5. Disseminação social da violência política

A pesquisa mapeou de **23 casos** exemplificativos em que a **violência política extrapola o universo político-eleitoral, disseminando-se como forma de resolução de conflitos na sociedade** em geral, fenômeno que denominamos disseminação social da violência política. Tratam-se de **episódios de ameaças, agressões e assassinatos decorridos na sociedade civil**. Nestes episódios, que não envolvem agentes políticos como autores ou vítimas da violência, os atos violentos são utilizados por indivíduos contra seus pares como recurso para encerrar o conflito político ou para manifestar divergências do ponto de vista ideológico ou político-partidário. Foram tipos de disseminação social da violência política mapeados:

Agressão ou discurso de ódio contra minorias reproduzindo manifestação de apoio a agente político

3 casos 

Agressão contra pessoas consideradas opositoras políticas

12 casos 

Ameaça contra manifestações ou outras formas expressão de pessoas consideradas opositoras políticas

5 casos 

Assassinato de pessoa considerada opositora política

3 casos 

Discutindo os resultados



A intensidade e gravidade da violência

Os resultados da pesquisa apontam para a consolidação no Brasil de dois níveis de intensidade e gravidade da violência política e eleitoral: (1) violência episódica e (2) violência seletiva.

A violência episódica é marcada pela deflagração de episódios de violência em diferentes localidades e em períodos espaçados de tempo, em regra acompanhando o tensionamento e a polarização do período eleitoral. Tratam-se de situações em que se assiste, antes, durante e depois das eleições, a ocorrência de enfrentamentos entre grupos ou indivíduos adversários políticos; episódios de repressão a manifestação política e à liberdade de expressão de militantes; ações organizadas, campanhas de difamação, disseminação de mensagens de ódio ou estereótipos prejudiciais visando desqualificar ou deslegitimar determinadas pessoas candidatas ou adversárias. É preocupante, pelos dados levantados na pesquisa, que a tendência brasileira, em especial depois de 2019, seja a da disseminação social da violência política. O acúmulo de casos em 2019 aponta para um cenário em que a violência episódica característica dos períodos eleitorais foi transposta do momento das eleições para uma realidade de violência cada vez mais cotidiana e repetitiva em diferentes localidades do país.

A violência seletiva, por sua vez, diz respeito à ação organizada tendo em vista personalidades específicas selecionadas como alvo preferencial da violência, o que inclui planejamento de assassinatos e atentados; criminalização com prisões de determinados agentes políticos por tempo indeterminado; utilização das ameaças, agressões e ofensas de forma sistemática para reproduzir um ambiente consistente de intimidação dirigido a determinados atores políticos. Os dados de assassinatos e atentados da pesquisa apontam para a consolidação de cenários de violência seletiva em determinadas localidades no Brasil, com ação articulada entre interesses político-partidários, interesses econômicos e territoriais e interesses de organizações criminosas. A utilização sistemática de ofensas tem também sido reproduzida como forma de violência seletiva que visa inviabilizar o exercício da representação política por parte de pessoas determinadas, no caso brasileiro, mulheres políticas, em especial, mulheres negras.

O tempo da violência

A intensificação de casos de violência no ano de 2019 exige que o fenômeno da violência política no Brasil seja discutido à luz de um contexto em que a violência persiste e ultrapassa o contexto da violência eleitoral. Ainda que se

deva analisar com cautela os índices quantitativos desta pesquisa (dados os óbvios limites de um levantamento extensivo de notícias e denúncias públicas na internet), o volume de casos mapeados que não se vinculam estreitamente às disputas eleitorais é significativo.

Faz parte dessa realidade, marcada pelo aumento das ofensas e das agressões a determinados grupos, a existência de uma espécie de veto não oficial a determinadas posições públicas consideradas minoritárias ou desviantes. Por outro lado, as instituições que deveriam proteger as liberdades e direitos dos grupos minoritários não têm agido de forma eficaz na defesa dos seus interesses.

Junto com a “onda Bolsonaro” (que em alguma medida já teve impulso desde 2016), Parlamentos — não só o Congresso Nacional, mas também as Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais — foram ocupados por pessoas cujo perfil político e eleitoral está associado, por um lado, à negação do diálogo e do debate como forma de fazer política, e, por outro, à obtenção de vantagens eleitorais com a exposição pública da violência e da agressividade. A violência torna-se, assim, atraente para quem é titular de poder.

Trata-se de uma escalada e intensificação da violência política que também se configura numa reação e negação à entrada na cena política de representantes comprometidos com grupos e representações não hegemônicas (mulheres negras, homens gays, mulher indígenas, para citar alguns exemplos). O recurso à violência contra esses representantes é uma forma intencional de reproduzir, no ambiente de representação político-institucional e fora dela, os processos de exclusão e eliminação desses grupos, deslegitimando a defesa dos seus interesses em diferentes espaços.

Agentes de violência

É uma dimensão crítica da análise da situação da violência no país aprofundar o debate sobre quem comete a violência. Os dados da pesquisa apontam que a violência política e eleitoral no Brasil é promovida pelos “mais fortes”, seja pela ação de pessoas titulares de poder econômico e político, que têm sido parte ativa de situações de extrema violência; seja pela ação, muitas vezes difusa, organizada ou intensiva, contra grupos politicamente não hegemônicos. É especialmente preocupante a ação orquestrada de grupos e organizações criminosas nos episódios de violência política no âmbito local.

Devido a sua dimensão e alcance múltiplo, amplificado e híbrido, vale destacar o uso de plataformas tecnológicas de redes sociais, de aplicativos de troca de mensagens e de correio eletrônico pelos perpetradores das violências. Essas enxurradas “desumanizantes” estão nas bases das leituras e reflexões de

várias/os intelectuais de alcance global. O fenômeno vem merecendo a atenção, por exemplo, do filósofo camaronês Achille Mbembe, autor da influente noção de *necropolítica*[7] que, em sua mais recente obra de 2020, propõe, a partir das contribuições históricas vindas da arquitetura europeia do século XX, a noção de *brutalismo*[8]. Como enfatiza Mbembe, reside na utilização das novas tecnologias para perpetrar a violência política a continuação de uma história que modela o político pela força, promovendo a exaustão e o esgotamento das energias físico-psíquicas das pessoas desumanizadas como alvo dos ataques massivos.

Vítimas de violência

A experiência da violência política não pode ser uniformizada. De acordo com a vítima é diferente a experiência e são distintas as consequências da violência política e eleitoral. A pesquisa demonstra que a experiência das mulheres perante os episódios de violência é radicalmente diferente da experiência dos homens. Por sua vez, a vitimização de mulheres nos processos de violência tem que levar em conta a ainda baixa ocupação por mulheres de cargos políticos no Brasil. Os dados da pesquisa apontam que as mulheres são tendencialmente mais visadas em situações de abuso psicológico, intimidação e assédio verbal, quando comparadas com outras formas de violência. A explosão de casos de ofensa em 2019 indica igualmente que a probabilidade de as mulheres se tornarem alvos seletivos desse tipo de violência política e de agressões pode aumentar.

Uma das manifestações dessa realidade é o grau de dificuldade enfrentado por representantes políticos de grupos minoritários para desenvolver suas funções em um ambiente de trabalho livre de assédios. Tratam-se de situações sistemáticas de assédio ao trabalho de determinadas/os políticas/os de grupos partidários minoritários via procedimentos, obstruções, denegação de pedidos, omissões propositais e outros tipos de estratégias de bloqueio. Uma ação que é complementada pela ação intensa, bem menos cuidadosa e desmedida através da internet, com a deflagração de campanhas de desinformação e *fake*

[7] Apresentada em ensaio (originalmente publicado em inglês no ano de 2003) traduzido e publicado em português na Revista *Arte e Ensaios*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que pode ser visualizado e baixado em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em 24 de setembro de 2020.

[8] Para se ter uma ideia das linhas gerais da proposta, ver conversa recente entre Mbembe e Paul Gilroy, autor de *Atlântico negro*, traduzida para o português por Allan Kardec Pereira na plataforma Medium em: <https://medium.com/@allankardecperreira/uma-conversa-entre-paul-gilroy-e-achille-mbembe-brutalismo-covid-19-e-o-afro-pessimismo-f7708b380d0>. Acesso em 24 de setembro de 2020.

news contra representantes políticas/os consideradas/os desviantes (mulheres negras, homens gays, etc.).

No Brasil, para além da falta de dados e monitoramento sistemático do fenômeno da violência política em geral, é preocupante a falta da análise da natureza de gênero e racial dessa violência por parte das autoridades responsáveis pelo seu enfrentamento.

Baixa responsabilização e falta de resposta às vítimas

A falta de responsabilização nos episódios de violência política implica, por um lado, que as vítimas não são adequadamente tratadas ou recebem qualquer tipo de justiça. Por outro lado, há o fortalecimento da mensagem de vitória da lei do mais forte. Uma autorização tácita para que processos violentos sejam deflagrados ou incentivados pois não serão interrompidos ou sancionados.

Por meio de pesquisas que embasaram um artigo premiado internacionalmente^[9], a cientista política e professora Tássia Rabelo, da UFPB, constatou uma lógica de acobertamento (para “debaixo do tapete”) e de “silêncio” do Conselho de Ética e Decoro da Câmara dos Deputados frente às representações abertas em função de denúncias de violência política de gênero.

De acordo com os dados disponibilizados pelo site da Câmara dos Deputados, entre 2001 e 2018, o Conselho de Ética recebeu 150 representações, dentre as quais duas foram apensadas e uma foi desconsiderada em função de perda do objeto, totalizando 147 casos. Destes, 120 foram arquivados, dos quais 58 não foram sequer apreciados. Nesse amplo, mas pouco eficaz universo, foram classificados como denúncias de violência política de gênero sete casos. A primeira representação classificada como violência política de gênero é a nº 36 de 2014, impetrada em conjunto pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

[9] Recebeu o prêmio Marielle Franco (apresentado pela Seção de Estudos Feministas e de Gênero) no Encontro da Latin American Studies Association (LASA) em 2019: <https://lasaweb.org/pt/2019-section-awards/>. Na justificativa da sua pesquisa (sob o guarda-chuva “A violência política de gênero na Câmara dos Deputados: entre a invisibilidade e a impunidade”), Tássia realça a relevância, no próprio artigo apresentado, do tema abordado: “A violência contra as mulheres na política pode ter um impacto que vai além das mulheres que a sofrem diretamente, dado que cumpre o duplo papel de buscar alijar aquela que é alvo das agressões da política e diminuir o alcance de sua atuação, bem como passar uma mensagem para todas as outras mulheres que indique que a esfera pública não é o seu lugar, e caso insistam em disputá-lo sofrerão sanções por tal comportamento. Assim, a análise do tratamento dado a esse tipo de violência no âmbito da Câmara dos Deputados, mais alto espaço eletivo proporcional do Brasil, é importante para a compreensão mais geral dos diversos limites impostos às mulheres na política”.

e Partido Socialista Brasileiro (PSB), em face do deputado Jair Bolsonaro. Trata-se do caso de agressão à deputada Maria do Rosário, que incluía ainda ofensas injuriosas, difamantes e caluniosas contra a deputada e a presidenta Dilma Rousseff. Nenhum dos sete casos assinalados prosperou em termos de responsabilização dos agressores.

Brutalidade político-eleitoral

Não é tarefa fácil retratar o complexo e multifacetado entrecruzamento entre mandatos e “chibatadas”^[10] no Brasil contemporâneo. Diante da coleção de ofensas, ameaças, estímulos ao ódio, agressões (em suas mais distintas formas), assassinatos e atentados contabilizados pela pesquisa, a definição mais ilustrativa e coerente, ao mesmo tempo que associada intrinsecamente à prevalência desigual do poder “do mais forte” traduzido em imposições “no braço”, é a de brutalidade político-eleitoral.

Por brutalidade político-eleitoral, entende-se o entrecruzamento do exercício de mandato obtido e de atividades público-institucionais reconhecidas pelo resultado concreto e efetivo da votação nas urnas de um lado, com o emprego de meios, expedientes e esquemas na linha das coerções, agressões e extermínios, do outro. A posição ocupada pela/o “representante” no conflito pode ser a de autor/a ou a de vítima — há situações até de uma mesma pessoa, responsável pela autoria numa determinada circunstância, vir a ser alvo, em outra, de violações.

As vantagens do emprego de brutalidade político-eleitoral em detrimento de outras formulações são ao menos duas. Primeiro, o termo brutalidade expressa um significado mais ordinário, direto e próximo do cotidiano dos enfrentamentos e das desavenças de ordem política. Ou seja, não necessariamente no âmbito perene e estrutural^[11] encampado pela noção — por vezes quase filosófica — de violência política, para além dos limites contingentes dos pleitos em si da violência eleitoral e menos generalizado, quanto a agentes e vítimas envolvidas, que a intolerância política.

[10] A chibata, aqui como símbolo da coerção e do império da força bruta, remete tanto à escravização de milhões de pessoas negras oriundas do continente africano, absolutamente fundacional ao país, quanto ao levante histórico da Revolta da Chibata, no ano de 1910, no Rio de Janeiro/RJ. Esta última resultou de mobilização de marinheiros negros que se rebelaram contra as chibatadas que vinham sendo a eles aplicadas como forma de punição pelo próprio Estado, por oficiais de patente superior da Marinha.

[11] Entre outros, Galtung (2005 [1990]) é um dos autores que problematiza o papel da *violência estrutural*, em conjugação com a *violência cultural* e a *violência direta*, a parte mais aparente dos polos.

Segundo, a opção pela brutalidade político-eleitoral ajuda a sintetizar um sentimento conjuntural específico refletido pela ascensão e domínio de grupos e personalidades políticas que não só normalizam, mas glorificam a violência e a agressividade, tirando delas dividendos eleitorais.

Esta pesquisa busca mostrar outras faces pouco conhecidas do problema, não somente por transcender ataques, truculências e execuções relativas ao “calor” da acirrada competição por votos em si, mas também por captar ocorridos, na maioria absoluta das vezes ignorados pelo conjunto da população brasileira e internacional, que formam um rosário menos reluzente aos olhares viciados, cansados e anestesiados da população, em geral. A pesquisa demonstra uma variedade de circunstâncias em que o cargo e a própria máquina estatal se convertem em vetores de brutalidade que conjugam a questão partidária-ideológica, econômica e territorial com classismos, racismos, sexismos, homofobias, trans e lesbofobias, etc. Tais intimidações e imposições à base da força não se dão apenas de maneira literal e física, mas também imaterial e simbólica, haja vista o largo emprego de ambientes digitais — como enfatizado pela noção de brutalismo de Mbembe — e meios de comunicação de distintas escalas para exposição e “viralização” de autoria não-identificada^[12].

[12] Para mais informações sobre o funcionamento dessa cadeia, consultar Wardle (2018). Acessível em: <https://firstdraftnews.org/latest/5-lessons-for-reporting-in-an-age-of-disinformation/>.

Conclusões

Os episódios de violência política, que a cada ano passam a fazer parte da rotina da sociedade brasileira, são uma violação dos direitos humanos e afetam toda a sociedade. Ao criar obstáculos significativos à participação política, ao bom funcionamento das instituições públicas, ao desenvolvimento de processos e direitos políticos, inclusive constringendo, interferindo e até interrompendo o cumprimento de mandatos eletivos, a violência política compromete a integridade da própria democracia. A violência sustentada em episódios de racismo, sexismo e LGBTQIA+ fobia, por sua vez, não atinge apenas pessoas específicas, na verdade, atormenta e desestabiliza processos de representação e participação política de segmentos inteiros da sociedade. Regiões periféricas e grupos historicamente discriminados, que já enfrentam a sub-representação e sérios obstáculos a uma participação e representação política significativas, são afetados de forma desproporcional pela violência política, o que, por seu turno, compromete a qualidade de representação em um Estado democrático.

Os dados indicam que episódios de violência extrema, como assassinatos e atentados, fazem parte da realidade do país, ocorrendo repetidamente em fluxos constantes ao longo dos anos. Por outro lado, a pesquisa sugere um recrudescimento dos episódios de agressões, ameaças e ofensas. Uma realidade que precisa ser acompanhada com monitoramento e produção sistemática de informações. Contudo, a pesquisa e a produção de dados sobre o fenômeno da violência política ainda não receberam a atenção devida dos órgãos centrais responsáveis pela gestão eleitoral e pela qualidade da vida democrática no país. A subnotificação de casos de violência política faz parte da realidade, os processos de denúncia e responsabilização dos agentes de violência podem ser traumatizantes e marcados pelo medo de falar publicamente e receber retaliações. A falta de mecanismos eficazes para acompanhamento dos casos e apoio às vítimas acaba por perpetuar uma cultura em que a violência política não é devidamente enfrentada por instituições e autoridades responsáveis. Ela vai se constituindo em um grave e problemático fenômeno, eficaz em sua continuidade, em termos de intimidação e enfraquecimento do ambiente democrático.

Até o momento, as respostas políticas e dos órgãos responsáveis têm sido insatisfatórias e contraditórias. Contribuem para uma prática de não responsabilização que tende a “premiar o mais forte”, que recorrentemente invoca o direito à liberdade de expressão para justificar episódios de violência política. Por outro lado, ao reforçar práticas de marginalização, silenciamento, culpabilização e censura das vítimas, os atos de violência política constituem em si uma violação do direito à liberdade de expressão e manifestação das pessoas

violentadas. Muitas ocorrências de violência política acabam por se multiplicar e repetir de forma sistemática devido à falta de mecanismos eficazes para encaminhamento e acompanhamento das denúncias. Falta igualmente protocolo de apoio às vítimas, mapeamento de riscos e adoção de medidas de segurança perante as ocorrências detectadas. É também necessária uma atuação mais articulada entre os órgãos de gestão e fiscalização eleitoral com instituições do sistema de justiça e segurança pública para encaminhamento de casos criminais e criação de uma rede de apoio às vítimas. O Estado brasileiro tem que enfrentar a violência política como violação dos direitos humanos e ameaça concreta à integridade da democracia no país.

A pesquisa aponta que, muito embora haja um destaque maior da ação de homens, homens e mulheres são agentes de violência política. Vereadoras/es eleitas/os, candidatas/os e pré-candidatas/os, o maior número de representantes políticos do nosso sistema, são, por essa razão, mas não só, mais visados nos atos de violência. Contudo, a violência política atinge transversalmente os cargos eletivos de todos os níveis federativos, do Legislativo e do Executivo. Deputadas/os federais e senadoras/es, deputadas/os estaduais, prefeitas/os e vereadoras/es são altamente visadas/os nos episódios de violência, quando se considera a quantidade proporcional de agentes políticas/os, candidatas/os e pré-candidatas/os a esses cargos. De forma alarmante, mulheres políticas, em especial mulheres negras, são desigualmente afetadas pela violência política, sobretudo quando se considera o baixo índice de representação dessas mulheres nos cargos políticos. Adicionalmente, o registro de casos relativos a ataques relacionados à orientação sexual de agentes políticos preocupa.

Também é preciso destacar que as formas de exercício da violência parecem se reforçar e sofisticar com o passar dos anos. A existência da internet, as redes sociais e os aplicativos multiplicaram novas formas de sujeição, em especial das mulheres, à violência, com tipos específicos de violência on-line e campanhas de desinformação e difamação. O mundo digital cada vez mais se comunica e serve de porta de entrada para o mundo físico, não sendo raros os casos em que a violência transborda do mundo virtual para a violência física presencial. Os episódios de violência não são necessariamente isolados ou fortuitos. Em muitos casos, os agentes atuam em rede e as ocorrências de violência têm conexão com a atuação de grupos e organizações criminosas, movidos por uma variedade de interesses locais.

Recomendações

Órgãos legislativos, órgãos do sistema de justiça e de fiscalização e gestão eleitoral, forças de segurança, partidos políticos e instituições de direitos humanos são atores essenciais para a elaboração e implementação de programas, medidas e políticas eficazes para combater o fenômeno da violência política. As recomendações a seguir pretendem contribuir para o debate de medidas a serem adotadas dentro de uma perspectiva de segurança holística, abrangente e integrada, garantindo a alocação de recursos necessários para a implementação de mecanismos e soluções eficazes. Nesse sentido, devem ser pensadas estratégias que possibilitem que recursos dos fundos eleitorais também possam ser destinados à elaboração de estudos, implementação de pesquisas e campanhas de prevenção, implementação de políticas de prevenção, proteção e apoio a vítimas da violência política.

Monitorando a violência política no Brasil

1. Recomendações ao Conselho Nacional de Direitos Humanos:

- » Recolher e compartilhar boas práticas da sociedade civil e do Estado, nacional e internacionalmente, para estimular a discussão sobre reformas e medidas necessárias para implementação de um plano de ação dos órgãos responsáveis pela gestão e fiscalização eleitoral, outros órgãos do sistema de justiça e demais atores relevantes;
- » Estimular a criação de um corpo de observação independente e estável, nos moldes de um Observatório Nacional, dedicado, a longo prazo, a: criar subsídios para a elaboração de políticas; recolher e monitorar os dados de violência política; acompanhar o desenvolvimento de casos concretos; produzir relatórios regulares; elaborar estudos sobre o impacto das dinâmicas de financiamento eleitoral nos processos de violência política e a relação entre financiamento político e violência, entre outros;
- » Pela capilaridade de sua rede e pela representatividade de seus integrantes, incentivar e subsidiar iniciativas subnacionais (regionais, estaduais e locais) a serem criadas, seja no âmbito das estruturas estatais ou da sociedade civil, que possam contribuir tanto no sentido de agregar mais dados e informações sobre o tema como no de viabilizar ações concretas quanto às causas e consequências da violência política.

2. Recomendações ao Tribunal Superior Eleitoral:

- » Promover uma atuação integrada dos demais órgãos de gestão e fiscalização eleitoral, fortalecendo e desenvolvendo capacidades em termos de prevenção, resposta e monitoramento da violência;

- » Estabelecer um programa nacional de monitoramento da violência política, tendo em conta: (1) os locais de incidência mais grave de violência; (2) o acompanhamento do calendário eleitoral; (3) o fortalecimento de ações de formação em igualdade de gênero e combate ao racismo; (4) o monitoramento dos discursos de ódio;
- » Organizar uma força-tarefa para apuração e acompanhamento ao menos de parte dos casos mais representativos de violência política ocorridos nos últimos anos. É quase inevitável, por exemplo, citar a relevância da apuração, elucidação e julgamento exemplares do caso dos assassinatos da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, como sinalização pública de grande relevo e repercussão a ser dada à sociedade brasileira e internacional;
- » Comprometer-se com a criação de coalizões reunindo partidos políticos, órgãos de gestão e fiscalização eleitoral e do sistema de justiça, Conselho Nacional de Direitos Humanos, Ordem dos Advogados, parlamentos, entidades civis e instâncias acadêmicas, fomentando a criação de uma agenda de planejamento, coordenação e adoção de medidas sustentáveis para combater os episódios de violência política.

Responsabilizando os agentes de violência

1. Recomendações aos órgãos legislativos:

- » Câmara dos Deputados, Senado, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais devem dar o exemplo na implementação de uma política, com resultados concretos, de combate aos episódios de violência política contra parlamentares no local de trabalho, com atenção especial à violência de gênero e de recorte étnico-racial, garantindo a aplicação eficaz do código de ética nos processos disciplinares e promovendo mecanismos eficazes para apuração de denúncias;
- » Paralelamente, atuar de forma incisiva para garantir que parlamentares e chefes de Executivos (em seus mais diversos níveis de atuação) possam desenvolver seus mandatos obtidos democraticamente em pleito eleitoral com a máxima proteção e segurança possíveis, adotando inclusive medidas no sentido de empregar sistemas de inteligência para detectar e responsabilizar quaisquer pessoas ou grupos com intenções de atacar ilegal e criminosamente, das mais distintas formas, representantes políticos.

2. Recomendações aos partidos políticos:

- » Garantir que o código de ética dos partidos proíba expressamente atos de violência política;
- » Acompanhar casos reincidentes de violência praticados por agentes políticos/os do partido, garantindo sua responsabilização;
- » Coletar, catalogar e produzir balanços informativos regulares sobre ocorrências de violência política que envolvam membros da legenda, a fim de facilitar a sistematização de casos e contribuir, assim, com a própria formulação de políticas de enfrentamento.

3. Recomendações às forças de segurança:

- » Reforço das forças de segurança com ferramentas e conhecimento para rastrear os casos de violência política, e atuação integrada com órgãos da Polícia Federal nos casos em que a violência se comunica com a atuação de organizações criminosas e grupos de extermínio;
- » Formação das forças de segurança nas leis eleitorais, códigos de ética político-partidários, igualdade de gênero e combate ao racismo na política;
- » Coordenação e integração de ações com delegacias especializadas de investigação de crimes cibernéticos no sentido de responsabilizar autores e inibir o uso de ferramentas e plataformas on-line para ataques de violência política, em particular quando impulsionados por estruturas profissionais, massivas e deliberadamente patrocinadas.

4. Recomendações aos órgãos do sistema eleitoral e de justiça:

- » Instituir mecanismos de coordenação sustentáveis entre órgãos do sistema de justiça, sociedade civil, setores de segurança e outros atores relevantes, de forma a garantir a responsabilização dos autores da violência e estabelecer mecanismos de apoio às vítimas;
- » Implementar mecanismos eficazes de responsabilização de agentes políticos/os reincidentes na prática de violência contra seu pares e instituições públicas;
- » Articulação com os demais órgãos do sistema de justiça e direitos humanos, como o Programa Nacional de Defensores de Direitos Humanos e o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (PROVITA), para criação de um protocolo de atendimento das vítimas de violência, tendo em conta a garantia de: 1) a escuta e assessoria das vítimas; 2) análise de riscos; 3) adoção de medidas de segurança; 4) conectar a vítima com as autoridades competentes; 5) integração das vítimas em redes e serviços de apoios.

Enfrentando a violência de gênero e racial

1. Recomendações aos partidos políticos:

- » Estatutos, regulamentos e outros documentos organizacionais de partidos políticos devem fazer menção explícita ao compromisso com os direitos humanos, promoção da igualdade de gênero e combate ao racismo nos seus objetivos e princípios fundamentais, comprometendo-se com a adoção de ações concretas para garantir a igualdade e a não-discriminação;
- » Criar um comitê de ética e um comitê disciplinar para proteger as mulheres, especialmente as mulheres negras, da violência que podem sofrer dentro dos partidos políticos;
- » Incentivar a construção de redes de solidariedade com e entre mulheres na política, através de uma agenda comum articulada entre movimentos multipartidários, movimento de mulheres e outras organizações da sociedade civil.

2. Recomendação aos órgãos de gestão e fiscalização eleitoral e órgãos do sistema de justiça:

- » Desenvolver a capacidade de profissionais para analisar os episódios de violência política dentro de uma perspectiva que considere as desigualdades territoriais (considerando também locais remotos e regiões periféricas), bem como desigualdades raciais, de gênero e de orientação sexual;
- » Atuar de forma integrada com outras instituições para criar espaços seguros para a denúncia da violência por parte de mulheres e outros grupos discriminados, garantindo escuta e tratamento célere das reivindicações e necessidades apresentadas;
- » Desenvolver programas de formação de jornalistas e profissionais de comunicação social de forma a combater estereótipos prejudiciais às mulheres, em especial, mulheres negras na política;
- » Garantir formação para profissionais da justiça, ampliando a conscientização sobre questões de gênero, igualdade racial e combate ao racismo na política, aperfeiçoando as ferramentas e conhecimentos disponíveis para lidar com casos judiciais;
- » Enfrentar a violência contra mulheres na política por vários meios: mapeando e monitorando casos, discutindo necessidade de reforma legal e de cultura, ações em vista de maior igualdade de gênero e racial, formação de profissionais e forças de segurança, conscientização de partidos políticos, etc.

Referências bibliográficas

BALIBAR, É. (2015) Violencia, Política, Civilidad. Ciencia Política. Universidad Nacional de Colombia, v. 10, n. 19: 45-67.

BORBA, F.; NOGUEIRA, A. J. A. (2018) Violência eleitoral no Brasil: o perfil político e social de candidatos assassinados entre 1998 e 2016. 42º Encontro Anual da ANPOCS: Caxambu, 2018. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt35-10>.

DELLA PORTA, D. (1995) Social Movements, Political Violence, and the State: a comparative analysis of Italy and Germany. Cambridge: Cambridge University Press.

GALTUNG, J. (2005) Três formas de violência, três formas de paz. A paz, a guerra e a formação social indo-europeia. Revista Crítica de Ciências Sociais, 71: 63-75.

HOELSCHER, K. (2015) Politics, and social violence in developing democracies: Theory and evidence from Brazil. Political Geography, v. 44, 29-39.

HÖGLUND, K. (2009) Electoral Violence in Conflict-Ridden Societies: Concepts, Causes, and Consequences. Terrorism and Political Violence, n. 21, v. 3, p. 412-427.

MBEMBE, A. (2016) Necropolítica, arte e ensaios, n. 32. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>.

MIGUEL, L. F. (2015) Violência e política. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 88: 29-44.

WARDLE, C. (2018) 5 lessons for reporting in an Age of Disinformation. First Draft News. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/latest/5-lessons-for-reporting-in-an-age-of-disinformation/>.

Anexos

ANEXO 1

Casos ilustrativos de violência política mapeados pela pesquisa

(1º de janeiro de 2016 a 1º de setembro de 2020)

- 1 [Acre: Agressão contra deputado estadual](#)
- 2 [Acre: Dirigente partidário é assassinado](#)
- 3 [Acre: Ofensas contra prefeita](#)
- 4 [Alagoas: Ameaça contra deputado estadual](#)
- 5 [Alagoas: Ameaça contra prefeito](#)
- 6 [Alagoas: Carro de vereador é alvo de tiros](#)
- 7 [Alagoas: Prefeito sofre atentado](#)
- 8 [Alagoas: Residência de vereador é alvo de disparos de arma de fogo](#)
- 9 [Alagoas: Vereador assassinado](#)
- 10 [Alagoas: Vereador assassinado](#)
- 11 [Alagoas: Vereador assassinado](#)
- 12 [Amapá: Ofensas contra deputada estadual](#)
- 13 [Amazonas: Ameaça contra deputado estadual](#)
- 14 [Amazonas: Ameaça contra deputado federal](#)
- 15 [Amazonas: Ameaça contra vereador](#)

16	<u>Amazonas: Ameaça contra vereadora</u>
17	<u>Amazonas: Ameaça contra vereadores</u>
18	<u>Amazonas: Homofobia - Agressão</u>
19	<u>Amazonas: Invasão em live de lançamento de pré-candidatura a vereador</u>
20	<u>Amazonas: Ofensas contra deputada estadual</u>
21	<u>Amazonas: Pré-candidato a prefeito é baleado na cabeça</u>
22	<u>Bahia: Ameaça contra deputado estadual</u>
23	<u>Bahia: Ameaça contra vereador</u>
24	<u>Bahia: Ameaça contra vereadores</u>
25	<u>Bahia: Ameaças contra prefeito</u>
26	<u>Bahia: atentado contra prefeito</u>
27	<u>Bahia: Carro que seguia à frente de deputado estadual é atingido por tiro</u>
28	<u>Bahia: Hospital invadido</u>
29	<u>Bahia: Hospital invadido</u>
30	<u>Bahia: Ofensa contra deputado federal</u>
31	<u>Bahia: Ofensa contra diversidade religiosa</u>
32	<u>Bahia: Ofensa contra povos de religião de matriz africana</u>
33	<u>Bahia: Ofensa homofóbica</u>

34	<u>Bahia: Ofensas contra ex-prefeita</u>
35	<u>Bahia: Residência de vereador é alvo de disparos</u>
36	<u>Bahia: Veículo de vice-prefeito e pré-candidato à prefeitura alvejado</u>
37	<u>Bahia: Vereador baleado</u>
38	<u>Bahia: Vereador candidato à reeleição assassinado</u>
39	<u>Ceará: Agressão contra deputado federal</u>
40	<u>Ceará: Agressão contra vereador</u>
41	<u>Ceará: Ameaça contra deputado estadual</u>
42	<u>Ceará: Hospital de campanha invadido</u>
43	<u>Ceará: Prefeito assassinado</u>
44	<u>Ceará: Prefeito sofre atentado</u>
45	<u>Ceará: Senador baleado durante manifestação</u>
46	<u>Ceará: Veículo de funcionário de deputado estadual é incendiado</u>
47	<u>Ceará: Vereador assassinado</u>
48	<u>Ceará: Vereador assassinado</u>
49	<u>Ceará: Vereador assassinado</u>
50	<u>Ceará: Vereador assassinado</u>
51	<u>Ceará: Vereador assassinado</u>
52	<u>Ceará: Vereador executado</u>

53	<u>Ceará: Vereadora assassinada</u>
55	<u>Distrito Federal: Agressão contra jornalista</u>
56	<u>Distrito Federal: Ameaça contra deputada federal</u>
57	<u>Distrito Federal: Ameaça contra deputada federal</u>
58	<u>Distrito Federal: Ameaça contra deputada federal</u>
59	<u>Distrito Federal: Ameaça contra deputada federal</u>
60	<u>Distrito Federal: Ameaça contra deputado federal</u>
61	<u>Distrito Federal: Ameaça contra deputado federal</u>
62	<u>Distrito Federal: Ameaça contra deputado federal</u>
63	<u>Distrito Federal: Ameaça contra senador</u>
64	<u>Distrito Federal: Ameaça contra senador</u>
65	<u>Distrito Federal: Ameaça contra senador</u>
66	<u>Distrito Federal: Ameaça contra senadora</u>
67	<u>Distrito Federal: Ameaças contra deputado distrital licenciado</u>
68	<u>Distrito Federal: Deputado federal é alvo de ataque virtual com compartilhamento de vídeo manipulado</u>
69	<u>Distrito Federal: Deputado federal quebra placa de exposição na Câmara sobre genocídio da população negra</u>
70	<u>Distrito Federal: Deputados federais agriem-se mutuamente</u>
71	<u>Distrito Federal: Hospital sofre tentativa de invasão</u>

72	<u>Distrito Federal: Ofensa contra deputada e deputado federal</u>
73	<u>Distrito Federal: Ofensa racista</u>
74	<u>Distrito Federal: Ofensas contra deputada federal</u>
75	<u>Distrito Federal: Ofensas contra vereadora</u>
77	<u>Espírito Santo: Ato discriminatório incitação ao crime</u>
76	<u>Espírito Santo: Hospital é invadido</u>
78	<u>Goiás: Candidato a prefeito assassinado e vice-governador baleado</u>
79	<u>Goiás: Deputado estadual e membros de diretório agriem-se mutuamente</u>
80	<u>Maranhão: Candidato a vice-prefeito tem carro alvejado e é baleado</u>
81	<u>Maranhão: Casa de vereador é incendiada</u>
82	<u>Maranhão: Prefeito assassinado</u>
83	<u>Maranhão: Tentativa de invasão de hospital</u>
84	<u>Maranhão: Vereador assassinado</u>
85	<u>Maranhão: Vereador assassinado</u>
86	<u>Maranhão: Vereador assassinado</u>
87	<u>Maranhão: Vereador assassinado</u>
88	<u>Maranhão: Vereador assassinado</u>
89	<u>Maranhão: Vereador candidato à reeleição assassinado</u>

90	<u>Maranhão: Vereador executado</u>
91	<u>Maranhão: Vereador sofre emboscada e é agredido</u>
92	<u>Mato Grosso do Sul: Agressão contra vereador, candidato a deputado federal</u>
93	<u>Mato Grosso do Sul: Agressão contra vereadora</u>
94	<u>Mato Grosso do Sul: Ameaça contra candidato a prefeito</u>
95	<u>Mato Grosso do Sul: Ameaça contra deputado federal e a ex-governador</u>
96	<u>Mato Grosso do Sul: Ameaça contra senadora</u>
54	<u>Mato Grosso do Sul: Casa de vereadora é alvejada</u>
97	<u>Mato Grosso do Sul: Deputado federal sofre atentado</u>
98	<u>Mato Grosso do Sul: Ofensa contra vereador</u>
99	<u>Mato Grosso do Sul: Prefeito é atingido por tiros</u>
100	<u>Mato Grosso: Agressão contra jornalista</u>
101	<u>Mato Grosso: Agressão contra prefeito</u>
102	<u>Mato Grosso: Agressão contra vereador</u>
103	<u>Mato Grosso: Ameaça contra deputado estadual</u>
104	<u>Mato Grosso: Ameaça contra empresário</u>
105	<u>Mato Grosso: Ameaça contra jornalistas</u>
106	<u>Mato Grosso: Ameaça contra vereador</u>

107	<u>Mato Grosso: Carro de vereadora é alvo de tiros</u>
108	<u>Mato Grosso: Casa de prefeito é atingida por tiros</u>
109	<u>Mato Grosso: Deputado federal acusado de usar frase racista</u>
110	<u>Mato Grosso: Homofobia - Casa de vereador pichada e carro depredado</u>
111	<u>Mato Grosso: Homofobia - Ofensa</u>
112	<u>Mato Grosso: Hospital é invadido</u>
113	<u>Mato Grosso: Prefeito assassinado</u>
114	<u>Minas Gerais: Agressão contra vereadora</u>
115	<u>Minas Gerais: Ameaça contra deputado estadual</u>
116	<u>Minas Gerais: Ameaça contra vereador</u>
117	<u>Minas Gerais: Ameaça contra vereador e promotor</u>
118	<u>Minas Gerais: Ameaça contra vereadora</u>
119	<u>Minas Gerais: Ameaça contra vereadores</u>
120	<u>Minas Gerais: Candidato a prefeito é baleado</u>
121	<u>Minas Gerais: Candidato à Presidência da República, deputado federal é alvo de atentado</u>
122	<u>Minas Gerais: Carro de vereador atingido por disparos</u>
123	<u>Minas Gerais: Carro em que estava prefeito é atingido por tiros</u>
124	<u>Minas Gerais: Deputados federais agredem-se mutuamente</u>

125	<u>Minas Gerais: Homofobia - ofensas contra prefeito</u>
126	<u>Minas Gerais: Obra de hospital é invadida</u>
127	<u>Minas Gerais: Ofensa homofóbica</u>
128	<u>Minas Gerais: Ofensas contra assessora política</u>
129	<u>Minas Gerais: Ofensas contra deputada estadual</u>
130	<u>Minas Gerais: Ofensas contra deputadas</u>
131	<u>Minas Gerais: Ofensas contra vereadora</u>
132	<u>Minas Gerais: Ônibus de candidato a prefeito é incendiado</u>
133	<u>Minas Gerais: Prefeito assassinado</u>
134	<u>Minas Gerais: Prefeito assassinado</u>
135	<u>Minas Gerais: Vereador assassinado</u>
136	<u>Minas Gerais: Vereador assassinado</u>
137	<u>Minas Gerais: Vereador assassinado</u>
138	<u>Pará: Agressão contra deputado estadual</u>
139	<u>Pará: Agressão contra professor da rede pública de ensino</u>
140	<u>Pará: Ameaça contra deputado federal</u>
141	<u>Pará: Ameaça contra equipe da Funai</u>
142	<u>Pará: Ex-vereador, pré-candidato a prefeito, assassinado</u>
143	<u>Pará: Prefeito assassinado</u>

144	<u>Pará: Prefeito assassinado</u>
145	<u>Pará: Prefeito assassinado</u>
146	<u>Pará: Vereador assassinado</u>
147	<u>Pará: Vereador assassinado</u>
148	<u>Pará: Vereador assassinado</u>
149	<u>Pará: Vereador assassinado</u>
150	<u>Pará: Vereador é esfaqueado</u>
151	<u>Pará: Vereador sofre atentado a tiros</u>
152	<u>Pará: Vereador tem a casa alvejada</u>
153	<u>Paraíba: Agressões na Câmara Municipal</u>
154	<u>Paraíba: Ameaça contra deputado estadual</u>
155	<u>Paraíba: Ameaça contra jornalista</u>
156	<u>Paraíba: Ameaça contra prefeito</u>
157	<u>Paraíba: Casa de vereador é alvejada</u>
158	<u>Paraíba: Deputado federal e vereador agredem-se mutuamente</u>
159	<u>Paraíba: Hospital de campanha é invadido</u>
160	<u>Paraíba: Veículo de pré-candidato a prefeito é alvo de disparos</u>
161	<u>Paraíba: Vereador assassinado</u>
162	<u>Paraíba: Vereador assassinado</u>

163	Paráíba: Vereador assassinado
164	Paráíba: Vereador é baleado em invasão a sua residência
165	Paráíba: Vereador sofre atentado
166	Paraná: Agressão contra senadora
167	Paraná: Agressão contra candidato a deputado estadual
168	Paraná: Agressão contra ex-vereador candidato a deputado estadual
169	Paraná: Agressão contra oficial de justiça
170	Paraná: Ameaça contra deputados estaduais
171	Paraná: Ameaça contra vereadora
172	Paraná: Ameaças contra vereadora
173	Paraná: Bomba explode ao lado de candidato a governador
174	Paraná: Candidata a deputada estadual é detida
175	Paraná: Candidato a vereador é detido
176	Paraná: Homofobia - Ofensa
177	Paraná: Hospital invadido
178	Paraná: Ofensas contra povos de terreiro
179	Paraná: Ofensas contra senadora
180	Paraná: Ofensas homofóbicas

181	Paraná: Prefeito assassinado
182	Paraná: Vereador é preso
183	Pernambuco: Agressão contra vereador
184	Pernambuco: Ameaça contra prefeita
185	Pernambuco: Ameaça contra prefeito e secretário municipal
186	Pernambuco: Ameaça contra vereador
187	Pernambuco: Ameaça contra vereador
188	Pernambuco: Ameaça contra vereador e servidora pública
189	Pernambuco: Casa de prefeita é alvo de disparos
190	Pernambuco: Invasão em live de pré-candidata a vereadora
191	Pernambuco: Ofensa contra mandato coletivo
192	Pernambuco: Vereador assassinado
193	Pernambuco: Vereador assassinado
194	Pernambuco: Vereador assassinado
195	Pernambuco: Vereador assassinado
196	Pernambuco: Vereador assassinado
197	Pernambuco: Vereador assassinado
198	Pernambuco: Vereadora acusada de intolerância religiosa
199	Pernambuco: Vice-prefeito assassinado

200	<u>Piauí: Agressão contra jornalista</u>
201	<u>Piauí: Agressão contra prefeito candidato à reeleição</u>
202	<u>Piauí: Ameaça contra prefeito</u>
203	<u>Piauí: Prefeito é baleado</u>
204	<u>Piauí: Veículo de vereador é alvo de disparos</u>
205	<u>Rio de Janeiro: Ameaça contra adversários políticos</u>
206	<u>Rio de Janeiro: Ameaça contra deputada estadual</u>
207	<u>Rio de Janeiro: Ameaça contra deputada federal</u>
208	<u>Rio de Janeiro: Ameaça contra deputado estadual</u>
209	<u>Rio de Janeiro: Ameaça contra deputado estadual</u>
210	<u>Rio de Janeiro: Ameaça contra deputado federal</u>
211	<u>Rio de Janeiro: Ameaça contra deputado federal</u>
212	<u>Rio de Janeiro: Ameaça contra deputado federal</u>
213	<u>Rio de Janeiro: Ameaça contra jornalista</u>
214	<u>Rio de Janeiro: Ameaça contra prefeito</u>
215	<u>Rio de Janeiro: Ameaça contra vereador</u>
216	<u>Rio de Janeiro: Ameaça contra vereador</u>
217	<u>Rio de Janeiro: Ameaça contra vereador</u>
218	<u>Rio de Janeiro: Ameaças contra candidata a governadora</u>

219	<u>Rio de Janeiro: Candidato a vereador assassinado</u>
220	<u>Rio de Janeiro: Candidato a vereador assassinado</u>
221	<u>Rio de Janeiro: Candidato a vereador assassinado</u>
222	<u>Rio de Janeiro: Carro de deputado estadual é alvo de tiros</u>
223	<u>Rio de Janeiro: Carro de prefeito é alvo de tiros</u>
224	<u>Rio de Janeiro: Deputada federal sofre atentado</u>
225	<u>Rio de Janeiro: Homofobia - Ofensa homofóbica</u>
226	<u>Rio de Janeiro: Hospital de campanha invadido</u>
227	<u>Rio de Janeiro: Invasão em live de deputada estadual, pré-candidata a prefeita</u>
228	<u>Rio de Janeiro: Jornalista, pré-candidato a vereador, assassinado</u>
229	<u>Rio de Janeiro: Ofensa homofóbica</u>
230	<u>Rio de Janeiro: Ofensas contra deputada estadual</u>
231	<u>Rio de Janeiro: Ofensas contra deputada estadual</u>
232	<u>Rio de Janeiro: Ofensas contra deputadas estaduais</u>
233	<u>Rio de Janeiro: Ofensas contra memória de vereadora assassinada</u>
234	<u>Rio de Janeiro: Ofensas entre deputado federal e militante de partido</u>
235	<u>Rio de Janeiro: Pré-candidata a vereadora assassinada</u>
236	<u>Rio de Janeiro: Pré-candidato a prefeito assassinado</u>

237	<u>Rio de Janeiro: Pré-candidato a prefeito sofre atentado</u>
238	<u>Rio de Janeiro: Pré-candidato a vereador assassinado</u>
239	<u>Rio de Janeiro: Veículo em que estava vereador é alvo de disparos</u>
240	<u>Rio de Janeiro: Vereador assassinado</u>
241	<u>Rio de Janeiro: Vereador assassinado</u>
242	<u>Rio de Janeiro: Vereador assassinado</u>
243	<u>Rio de Janeiro: Vereador é baleado</u>
244	<u>Rio de Janeiro: Vereador sofre atentado</u>
245	<u>Rio de Janeiro: Vereadora assassinada</u>
246	<u>Rio de Janeiro: Vereadores agrirem-se mutuamente</u>
247	<u>Rio Grande do Norte: Agressões na Câmara Municipal</u>
248	<u>Rio Grande do Norte: Ameaça contra enfermeira</u>
249	<u>Rio Grande do Norte: Ameaça contra jornalista</u>
250	<u>Rio Grande do Norte: Carro de candidato a deputado estadual é alvo de disparos</u>
251	<u>Rio Grande do Norte: Ofensa contra deputada estadual</u>
252	<u>Rio Grande do Norte: Pré-candidato a prefeito assassinado</u>
253	<u>Rio Grande do Norte: Vereador assassinado</u>
254	<u>Rio Grande do Sul: Ameaça contra deputada federal</u>

255	<u>Rio Grande do Sul: Ameaça contra vereador</u>
256	<u>Rio Grande do Sul: Candidato a prefeito e vice sofrem atentado</u>
257	<u>Rio Grande do Sul: Candidato a prefeito sofre atentado</u>
258	<u>Rio Grande do Sul: Candidato a prefeito tem carro incendiado</u>
259	<u>Rio Grande do Sul: Carro com candidato a prefeito é atingido por tiros</u>
260	<u>Rio Grande do Sul: Ofensa contra vereadora</u>
261	<u>Rio Grande do Sul: Ofensas contra deputada federal</u>
262	<u>Rio Grande do Sul: Ofensas contra vereadora</u>
263	<u>Rio Grande do Sul: Ofensas contra vereadora</u>
264	<u>Rio Grande do Sul: Ofensas contra vereadora</u>
265	<u>Rio Grande do Sul: Ofensas racistas contra vereadora</u>
266	<u>Rio Grande do Sul: Veículo com vice-prefeito e subprefeito é alvo de disparos</u>
267	<u>Rondônia: Agressão contra jornalista</u>
268	<u>Rondônia: Ameaça contra deputado estadual</u>
269	<u>Rondônia: Ameaça contra deputado estadual</u>
270	<u>Rondônia: Vereador sofre atentado por arma de fogo</u>
271	<u>Rondonia: Vereadores agrirem-se mutuamente</u>
272	<u>Roraima: Ameaça contra deputada federal</u>

273	Roraima: Ameaça contra vereador
274	Roraima: Candidato a deputado estadual é baleado
275	Santa Catarina: Agressão contra deputado estadual
276	Santa Catarina: Ameaça contra vereador
277	Santa Catarina: Ofensa contra vereadora
278	Santa Catarina: Ofensa misógina
279	Santa Catarina: Ofensa racista
280	Santa Catarina: Ofensas contra deputada estadual
281	Santa Catarina: Ofensas contra deputada estadual
282	Santa Catarina: Pré-candidato a vereador assassinado
283	Santa Catarina: Prefeita e vereador agrirem-se mutuamente
284	Santa Catarina: Prefeito assassinado
285	Santa Catarina: Vereador assassinado
286	São Paulo: Agressão contra deputado estadual
287	São Paulo: Agressão contra deputado federal
288	São Paulo: Ameaça contra deputada estadual
289	São Paulo: Ameaça contra deputada federal
290	São Paulo: Ameaça contra deputados estaduais
291	São Paulo: Ameaça contra esposa de vice-prefeito

292	São Paulo: Ameaça contra governador
293	São Paulo: Ameaça contra prefeito
294	São Paulo: Ameaça contra prefeito
295	São Paulo: Ameaça contra vereadores
296	São Paulo: Ameaças contra pré-candidato a prefeito
297	São Paulo: Ameaças contra vereador
298	São Paulo: Cabo eleitoral de candidato à reeleição à prefeitura baleado
299	São Paulo: Casa de vereador é alvo de tiros
300	São Paulo: Enfermeiras são vítimas de ofensas
301	São Paulo: Escola é invadida
302	São Paulo: Homofobia - Ofensa
303	São Paulo: Homofobia: Ofensas contra vereador
304	São Paulo: Hospitais invadidos
305	São Paulo: Hospital de campanha é invadido
306	São Paulo: Hospital de campanha invadido
307	São Paulo: Hospital é invadido
308	São Paulo: Ofensa a deputada estadual
309	São Paulo: Ofensa a povos quilombolas

310	São Paulo: Ofensa contra vereador
311	São Paulo: Ofensas contra equipe de vereadora
312	São Paulo: Ofensas contra servidora da Prefeitura
313	São Paulo: Ofensas contra vereadora
314	São Paulo: Ofensas contra vereadora
315	São Paulo: Ofensas contra vereadora
316	São Paulo: Ofensas contra vereadora
317	São Paulo: Ofensas contra vereadora
318	São Paulo: Pré-candidato a vereador assassinado
319	São Paulo: Prefeito assassinado
320	São Paulo: Secretário municipal assassinado
321	São Paulo: Tentativa de prisão de deputada estadual
322	São Paulo: Tiro atinge janela do gabinete de vereador
323	Sergipe: Ameaça contra deputado estadual
324	Sergipe: Vereador assassinado
325	Tocantins: Casa de vereador é alvo de tiros
326	Tocantins: Prefeito assassinado
327	Tocantins: Prefeito é baleado na cabeça

ANEXO 2

Casos exemplificativos de disseminação social da violência política mapeados pela pesquisa

(1º de janeiro de 2016 a 1º de setembro de 2020)

1	Transexual espancada por adversários políticos
2	Estudante atacada por adversário político
3	Mulher agredida por adversários políticos
4	Discussão sobre política acaba em agressão
5	Tiros em caravana de manifestação política
6	Agressão de casal por adversários políticos
7	Agressão de militante de partido político
8	Agressão de mulher por adversário político
9	Agressão de militante de partido político
10	Agressão de universitário por adversários políticos
11	Agressão de professora por adversários políticos
12	Enfrentamentos em dia de votação
13	Agressão de universitária por adversários políticos
14	Militantes políticos agredidos após debate
15	Ameaça à funcionária de campanha política

16	<u>Ameaças contra evento de militância política</u>
17	<u>Ameaça a ativista por adversários políticos</u>
18	<u>Ofensas misóginas por adversários políticos</u>
19	<u>Ameaças contra ativista por adversários</u>
20	<u>Assassinato durante reunião política</u>
21	<u>Assassinato decorrente de divergências políticas</u>
22	<u>Atentado contra diretório de partido político</u>
23	<u>Ofensas homofóbicas por adversários políticos</u>